



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 097

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Natálio Stica
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB	Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 088ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE NOVEMBRO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademair Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi e Ademir Bier (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1751

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão

e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1797

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 382/2004, item 15, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins e Elio Rusch.

REQUERIMENTO Nº 1792

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1798

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, seja encaminhado convite ao Diretor Superintendente da COPELPA S/A, ou Diretor Técnico responsável pelos consórcios objeto da Mensagem nº 028/2004 - Projeto de Lei nº 38/2004, para que no dia 16 de novembro próximo, as 14:30, compareça a esta Casa de Leis e, ocupando a tribuna no Grande Expediente da Sessão plenária, preste esclarecimentos aos Parlamentares quanto à proposta de lei referida de autoria do Chefe do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH e DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1799

Senhor Presidente:

O Deputado adiante firmado, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER, após a anuência do Plenário, para que sejam consignados, nos Anais da Sessão desta data os cumprimentos especiais desta Casa Legislativa ao expresso Princesa dos Campos S.A., pelo transcurso dos 70 anos de existência.

E para que fique assentado nos registros deste Poder Legislativo, para as futuras gerações, o que representa em dados e números esses setenta anos, requer-se

também a transcrição, na Ata desta Plenária do apenso resumo histórico da citada empresa.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, se assim entenderem os nobres Pares, igualmente congratula-se com a diretoria e o grande quadro de funcionários do Expresso Princesa dos Campos S.A., manifestando a todos as melhores felicitações pela passagem dessas sete décadas.

Caso aprovada a presente proposição, o Parlamentar requerente solicita que seja dada ciência da mesma, com a expressão dos votos de contínuo crescimento e sucesso à empresa mencionada, nas pessoas do seu Diretor-Presidente, Sr. José Gulin, do Vice-Diretor Presidente, Sr. Arlindo Gulin, e do Diretor de Marketing, Sr. Gilberto Crivellaro, via correspondências a serem encaminhadas a Dr. Correia Coelho 425 - Jardim Botânico, CEP: 80.210-350 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

**“Princesa dos Campos completa
sete décadas de existência**

PREÂMBULO

Fundada no final de 1934, a empresa chega aos setenta anos com um respeitável currículo, repleto de conquistas, superações e inúmeros planos para o futuro.

Com certeza o Sr. Pedro Mezzomo, fundador da empresa, não imaginava que ela chegaria ao patamar que hoje se encontra, nem que faria uso de tecnologias tão aperfeiçoadas, como a utilizada atualmente para interligar agências de passagens e encomendas, permitindo a venda on line de bilhetes de passagens de ida e volta, com data, horário e poltronas marcados, emissão de conhecimento de encomendas e o acompanhamento de coleta e entrega das mesmas com segurança e tranquilidade para o cliente Princesa dos Campos. E, em se tratando de tecnologia, ressaltamos a utilização de computadores de bordo dos veículos, tais como: Astick e Daruma, para venda de passagens, e ainda, nos veículos mais modernos, computadores de bordo que permitem o monitoramento de várias operações realizadas pelos motoristas, desde o estilo de condução do mesmo, fornecendo dados como consumo de combustível instantâneo e acumulado, tempo de funcionamento do freio Web - freio este com poder de frenagem igual a potência do veículos - quantidade de paradas e os seus tempos, até a indicação de falhas de condução e possíveis falhas em componentes de motor e chassi. E ainda, a adoção de ar condicionado, calefação inteligente, monitores de vídeo, aparelhos de CD, DVD com fones de ouvido e painel multiplex, que permite o total monitoramento da carroceria com um simples toque do motorista num painel de teclas.

Nestas condições, a empresa conta hoje com 184 agências e postos de vendas de passagens, uma frota de 310 veículos, percorre aproximadamente 3 milhões de quilômetros por mês, movimentando cerca de 900 mil passageiros mensalmente ou 10 milhões por ano.

O Departamento de Encomendas do Expresso Princesa dos Campos está em amplo crescimento, transportando encomendas em ônibus e caminhões em todo Estado do Paraná. Com 110 agências é considerada a melhor logística em transporte de encomendas do Estado. Além de estar em permanente sintonia com as necessidades do mercado. Tem como prova de sua qualidade sua certificação pela ISO 9001/2000.

O Expresso Princesa dos Campos é um dos exemplos de empresa familiar que continua dando certo. Desde a sua fundação, são sete décadas acompanhando e sobrevivendo aos mais diversos cenários políticos e econômicos do País e do mundo. A adoção de uma política de trabalho voltada para a valorização do ser humano, tanto colaboradores quanto clientes e uma atitude ousada de pioneirismo levaram a empresa a uma série de conquistas e a uma posição de destaque no ranking das maiores empresas do setor, além de se constituir em referência, quando o assunto é o transporte de passageiros e encomendas.

COMO TUDO ACONTECEU

No seu início, em 1934, o Sr. Pedro, mecânico estabelecido em Guarapuava comprou um caminhão com rústica carroceria de madeira e bancos de tábuas e fez funcionar a primeira “Diligência” para o transporte de malas postais dos correios e passageiros entre Guarapuava e Ponta Grossa, fazendo duas viagens por semana, foi firmando-se no ramo de transporte de passageiros, sempre estimulado por sua esposa Dona Rosa, adquirindo mais dois carros, um Ford 1931 e um Ford 1934 e usando a denominação de Empresa Mezzomo, tendo seu genro Alcindo e seu filho Alberto, como motoristas, passou a fazer quatro viagens semanais, enfrentando grandes dificuldades, principalmente no que se refere às estradas, pois na época não existia nem cascalho, quem dirá calçamento.

Entretanto, a pequena empresa foi se desenvolvendo até 1940, quando com a incorporação da empresa Pássaro Azul, dos irmãos Iurki e Chiderski, passou a fazer a linha entre Ponta Grossa e Curitiba, nascendo então a empresa Expresso Princesa dos Campos de Mezzomo & Cia.

No período de 1940 a 1945, mundo atravessava um dos períodos mais conturbados da história contemporânea: a Segunda Guerra Mundial. O cenário era de recessão, incertezas e preocupações. Neste mesmo período, os irmãos Iurki e Chiderski, se retiram da sociedade e ingressam os filhos do Sr. Pedro na parceria, os irmãos Marcílio, Elicio e Alberto e as irmãs Áurea e Orfila, atendiam as vendas de passagens. Nesta mesma época, transferiram a sede da empresa para Ponta Grossa. Mais tarde ingressa na sociedade o outro irmão, Sr. Hilton.

Neste período, a empresa que se firmava no ramo de transporte de passageiros, já ligava a Capital à Ponta Grossa, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Foz do Iguaçu. A viagem de Curitiba até Foz do Iguaçu levava de cinco a

seis dias e era feita uma vez por mês, diante da precariedade das estradas de então. Só para se ter uma idéia das dificuldades da época, atualmente, este mesmo percurso é feito normalmente entre dez a onze horas.

Uma mudança na geografia política do Brasil, influenciou diretamente na vida da empresa. Em 1945, o Paraná foi separado, com a criação do Território do Iguaçu. O seu primeiro governador, Ovídio Garcez, fez uma série de exigências que levaram a Princesa a desistir de executar a referida linha de Curitiba a Foz do Iguaçu.

Em 1956, foi criado o Expresso Princesa do Norte S.A., que respondia pela linha entre Ponta Grossa e Guarapuava e, em 1957, o Expresso Princesa dos Campos S.A., do mesmo grupo, operando as linhas de Curitiba a Ponta Grossa e Curitiba e Guarapuava. Nesta mesma época, foi criada mais uma empresa, o Expresso princesa Norparaná S.A., fazendo então a linha municipal entre Ponta Grossa e Itaiacoca.

As três empresas operaram desta forma até outubro de 1962, quando o controle acionário passou para o Grupo Familiar que administra a empresa até hoje. São todos primos, a partir da família Baron. Ingressaram então os Irmãos Gulin, Srs. **Domingos, Ângelo, Valentin, João, Alfredo e David** e Sobrinhos, José e Arlindo, Irmãos Alberti, Srs. Henrique e Anselmo, Irmãos Baron, Srs. **Cyro e Gabriel** e Sr. **Therciso Manfron** (os em negrito são falecidos).

NOVA ERA

Inicia-se uma nova era na história das três empresas, que nesse tempo já tinha uma frota de 45 veículos, e só era pavimentado o trecho entre Ponta Grossa e Curitiba, o restante, parte era chão de terra e parte ensaibrado.

O novo grupo, no comando das três empresas e com idéias inovadoras, passou a adquirir e incorporar outras empresas e assim, já em 1963/64, chegava em Monte Alegre, hoje Telêmaco Borba, passando por Castro e Piraí do Sul, e outra para o mesmo destino, mas passando por Tibagi e mais uma linha ligando Ponta Grossa a Reserva. Em 1965, com a incorporação da Empresa Rio Paraná, a Princesa chegou novamente a Foz do Iguaçu, ao Oeste e Sudoeste paranaense, com diversas linhas entre Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Guaíra, Palotina, Terra Roxa do Oeste, Porto Britânia e Pato Branco. Com essa aquisição, conseguiu implantar linhas diretas ligando a Capital a Toledo, Marechal Cândido Rondon e Guaíra e mais a Pato Branco e Ponta Grossa a Foz do Iguaçu. Ainda em 1965, passou a ligar com as linhas interestaduais de Curitiba a Registro e Curitiba a Iguape.

Em 1966, incorporou a linha ligando Palmeira a São Mateus do Sul. Em setembro de 1969, o Expresso Princesa Norparaná, desistindo da linha que fazia, teve alterado sua denominação para Princetur Passagens e Turismo S.A. e passou a se dedicar ao ramo de turismo em geral e agências de vendas de passagens. Nesta mesma época, o grupo resolveu incorporar o Expresso

Princesa do Oeste ao Expresso Princesa dos Campos S.A., ficando assim uma única empresa a transportar passageiros e encomendas.

Nesse mesmo ano, incorporou linhas ligando Ponta Grossa a Ipiranga e Ivai, Ponta Grossa a Irati via Imbituva e também via Teixeira Soares. Em 1971, chegava a União da Vitória, passando por Irati, Rebouças, Rio Azul, Malet e Paulo Freitas.

Em 1975 a empresa foi agraciada em concorrência pública com a linha interestadual, ligando Francisco Beltrão (PR) a São Paulo (SP), que posteriormente foi prolongada para Barracão (PR) a São Paulo (SP) e em 1990, conseguiu a linha São Miguel do Oeste a São Paulo. Em 1988 adquiriu as linhas suburbanas, no vale do Ribeira, Estado de São Paulo, ligando os municípios de Registro, Cajati, Itapeúna, Pariquera-Açú, Sete Barras e outros. Já em 1995, de comum acordo com a empresa que operava a linha Curitiba a Paranaguá, iniciaram juntas a linha Ponta Grossa/Curitiba/Paranaguá. Em junho de 1998, conseguia a linha Capanema (PR) a São Paulo, via Curitiba e em janeiro de 2000, a linha Foz do Iguaçu (PR) a Praia Grande (SP).

Aprimorando cada vez mais a gestão empresarial, sempre mantendo o foco na satisfação do cliente e na qualidade da equipe de colaboradores, em 1998, a empresa obteve uma conquista importantíssima. A Princesa foi a primeira no setor de transporte de passageiros do Sul do Brasil a conquistar a Certificação do Sistema da Qualidade com a ISO 9002, através da Fundação Vanzolini. Em 2000, a Princesa externou na sua frota, tanto a nova conquista como os seus planos de evolução, com a adoção de uma nova logomarca e a nova pintura da frota. O padrão visual traduziu o conceito de realce, ligado às raízes da empresa, a região dos “Campos Gerais”, na forma de um “broto”, simbolizando toda a energia e vigor de um novo período para a empresa. Em dezembro de 2001, uma nova opção, pela evolução do Sistema de Qualidade levou à conquista da Certificação ISO 9001/2000. E o processo de evolução continua, com a implantação de um sistema de gestão integrada, que permite a troca de informações em tempo real entre os diversos departamentos da empresa.

Crescendo também quantitativamente, desde o final de 2003, a Princesa dos Campos começou a operar a Cantelletur, que hoje conta com 68 agências. A linha da Cantelletur opera com quatro carros, atravessando sete Estados brasileiros (RS - SC - PR - SP - MG - GO - BA), com a linha ligando Cruz Alta (RS) a Barreiras (BA).

EMPRESA PRIORIZA QUALIDADE E CIDADANIA

Ao longo de setenta anos, a empresa se desenvolveu, chegando ao ponto em que se encontra atualmente: uma frota de 260 ônibus, dos mais modernos, quatro microônibus; trinta veículos leves (carros de apoio e fretamento), dezesseis caminhões furgão para o transporte de encomendas, 184 agências de passagens e encomendas, destas 48 agências estão interligadas pelo

sistema on line, o que permite a venda do retorno já com a poltrona numerada, 21 agências exclusivas para encomendas, 23 agências de turismo, média de 1,1 mil funcionários, percorrendo em média três milhões de quilômetros por mês, transporta em média 900 mil clientes por mês, ligando com seus ônibus os maiores pontos turísticos do Paraná, cruzando assim o Estado de um extremo ao outro, com diversos ramais. Na área de encomendas são emitidos uma média de 100 mil conhecimentos por mês.

E a evolução da empresa não se traduz somente em números. Para chegar a este ponto, a empresa apostou em diferenciais voltados para a satisfação do cliente, desde pequenos detalhes do cotidiano, como em decisões gerenciais de maior amplitude. Um exemplo está na manutenção dos ônibus. Além da higienização diária da frota, a empresa possui uma das mais bem equipadas oficinas mecânicas em Ponta Grossa e Cascavel, com profissionais qualificados pelas fabricantes, servindo inclusive de modelo para outros países. Isso garante a qualidade do serviço, reduzindo a probabilidade de falhas nos veículos; conta também com outros pontos de apoio para pequenos reparos e higienização, em Registro (SP), Curitiba, Irati, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Guaíra (PR).

A atuação cidadã se traduz através de ações como o programa Expresso Ecológico, que estimula a coleta seletiva de lixo e o controle de emissão de poluentes (sendo uma das únicas do Paraná a possuir o opacímetro - aparelho que controla os gases emitidos nos escapes dos ônibus). Ainda na área social, os programas Expresso Solidário, Natal Solidário, entre outros projetos, onde os colaboradores da empresa participam de atividades que incentivam o voluntariado e a solidariedade. A participação no Selo Social, desenvolvido pela Prefeitura de Ponta Grossa, confirma este compromisso da empresa.

QUADRO 1:

Princesa dos Campos através dos anos:

1934 - Fundação, com o nome de Empresa Mezzomo.

1957 - Passou a se chamar Expresso Princesa dos Campos S.A.

1998 - Conquista da Certificação ISO 9002, sendo a primeira empresa de transporte rodoviário de passageiros do Sul do Brasil a conquistar esta certificação.

2000 - Nova logomarca e nova pintura.

2001 - A recertificação ISO 9001/2000.

QUADRO 2:

Princesa dos Campos em números:

- 1,1 mil colaboradores diretos;
- 543 colaboradores terceirizados;
- 260 veículos ônibus;
- quatro microônibus;
- 16 caminhões furgão para o transporte de encomendas;
- 30 veículos leves (carros de apoio e fretamento);

- 184 agências de passagens e encomendas, sendo 6 próprias na venda de passagens e 6 de encomendas;

- 83 linhas operando nos Estados dos Paraná, Santa Catarina e São Paulo, distribuídas em: 56 linhas intermunicipais, doze linhas metropolitanas no Estado do Paraná, oito linhas interestaduais, sete linhas suburbanas;

- três milhões de quilômetros/mês. São noventa mil quilômetros por dia, o que equivale a duas voltas em torno da terra, somando atualmente 28,5 milhões de quilômetros;

- 900 mil pessoas transportadas mensalmente, somente em linhas regulares, o que representa duas vezes a população de Ponta Grossa;

- 8,1 milhões de pessoas transportadas ao ano.”

REQUERIMENTO Nº 1750

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve vem registrar voto de profundo pesar pelo falecimento em trágico acidente automobilístico do Sr. Warrib Motta Júnior, ocorrido no dia de ontem, na cidade de União da Vitória.

O extinto era filho do Dr. Warrib Motta, médico, ex-Secretário da Saúde daquele Município, ex-chefe da 6a. Regional de Saúde e também Vice-Prefeito eleito daquela cidade. Transmite-se à família o teor do presente.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, 08.11.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 1753

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Paulo de Barros Campelo, ocorrido em 07 de novembro do corrente, em Maringá, Paraná.

“Paulo Pernambuco”, assim era conhecido pelos amigos. Foi vereador em Maringá na legislatura 1973 a 1976. Deixa esposa Irani e quatro filhos. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 1754

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do

engenheiro mecânico Warrib Motta Júnior, ocorrido dia 03.11.2004, em União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 40 anos de idade faleceu dia 03.11.2004, em União da Vitória, em trágico acidente automobilístico, Warrib Motta Júnior, que era engenheiro mecânico. Era Filho do Vice-prefeito eleito e de Dona Serenita.

Warrib Júnior era pessoa bastante estimada por todos que o conheciam, a quem dedicava atenção e grande amizade. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus parentes e amigos. Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos. Repousa, pois, valente lutador. Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá descansar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste, que nossos amigos, familiares de Warrib Júnior, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Motta, endereçando a ela, votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1795

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário votos de pesar, pelo falecimento do soldado Roberto Efigênio da Cruz Filho, que exercia suas funções com muita dedicação e honradez no 17º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, ocorrido no dia 31.10.2004, no Município de Piraquara e sepultado no Município de Curitiba.

Requer, também, após decisão do Plenário desta Casa de Leis, envio de correspondência à Rua Jasmins, nº 138, Jardim Primavera, CEP 83050-290, São José dos Pinhais, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 1762

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa, seja expedido voto de congratulações ao Sr. Paulo Skaf, em razão da posse na presidência da

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, para o triênio 2004/2007.

Nessa oportunidade também tomam posse os Conselhos do Instituto Roberto Simonsen.

Sobre a atuação de Paulo Skaf, entre outras, pode-se citar que promoveu a aproximação do empresariado têxtil das instituições acadêmicas, incentivando a pesquisa, o desenvolvimento de novas tecnologias e o aperfeiçoamento profissional. Criou o primeiro Inventário Ambiental - inédito no Brasil - buscando medir o nível de responsabilidade ambiental dos empresários têxteis brasileiros. Nesta área também lançou o programa P2: produção mais limpa.

Na área social fechou parcerias com a Fundação Ioschpe, Aldeia do Futuro, Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, Criança Cidadã, Prefeitura de São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Fundação Gol de Letra, dentre outros, através de projetos de atendimento e profissionalização a comunidades carentes.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1726A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Roque Silva.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1727

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Celso Silva.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1749

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Pedro Silva.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à Uiapuru comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1742

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Rodrigues Reina.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1743

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Antonio Fávaro.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1744

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Hélio Batistella.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1745

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Leite Cordeiro.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1746

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Roberto Atizano.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1747

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. André Rossato.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1748

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Mauro Roberto do Amaral.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1740

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a Sra. Luiza Francisconi Bianco.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1741

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sra. Clair Pereira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1730

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao 2º Tenente QOPM, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Paulo Renato Aparecido Siloto.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1736

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao 2º Sargento QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Julio Cesar Rossetto.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1729

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao 2º Sargento QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Roberto Ferreira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1790

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao 3º Sargento QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Adolfo Antonio de Lima.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1735

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao 3º Sargento QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Clovis Felício.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1786

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Cabo QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Francisco de Assis Bragantine.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1783

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Cabo QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Reginaldo Silva Cruz.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1780

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Cabo QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Marcos Fernandes do Espírito Santo.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1769

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Cabo QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Antonio Marcos Mazzocato.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1728

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Ricardo Roberto.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1731

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Anderson Domingues.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1732

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Eduardo Xavier de Oliveira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1733

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Wagner Elias da Silva.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1734

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Waldir de Souza.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1737

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Paulo Viturino de Oliveira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1738

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Reginaldo Fernandes Ferreira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1739

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Ricardo Augusto Cardoso de Lima.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1765

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Carlos Roberto Daniel.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1766

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Sandro Ricardo Carvalho.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1767

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Luciano G. Honório Bastos Alves.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1768

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Fernando Augusto Oliveira Peixoto.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1770

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Edinei Oliveira Mercer.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1771

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Ricardo Silva Marsicano.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1772

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Laercio Ferreira de Andrade.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1773

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Melquisedeque Garbelini.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1774

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Gervásio Gouveia Luiz.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1775

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Donizete Domingos Higino.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1776

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Jackson da Silva Eduardo.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1777

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Claudir Jandrey Marques.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1778

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Jefferson Aparecido Pereira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1779

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Bento Fogaça Sampaio.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1781

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Erasmo Graciano Maria.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1782

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Antonio da Silva.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1784

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Claudionor de Oliveira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1785

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Carlos Luciano de Paula Lopes.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1787

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Márcio da Silva Barbosa.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1788

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Arlindo Marcos Firmino.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1789

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Adriano Antônio.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1791

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Adirlei Luís Cesarini.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1759

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações à Rede Farol do Atlântico de Combustível Ltda, pelo seu excelente trabalho prestado a sociedade paranaense.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Rodovia BR 277, s/n. km 7,5 - Bairro Pixirica, CEP: 83.215-680, Caixa Postal 62, Paranaguá - PR.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 1760

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações à Rede de Postos e Restaurantes Cupim, pelo seu excelente trabalho prestado a sociedade paranaense.

Favor enviar correspondência para o Sr. Luiz Carlos Feronato no seguinte endereço: Rodovia BR 277, s/n. km 5,5 - CEP: 83.215-440, Paranaguá - PR.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 1761

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações à Multitrans Transportes e Armazéns Ltda, pelo seu excelente trabalho prestado a sociedade paranaense.

Favor enviar correspondência para o Sr. José Humberto Ramos no seguinte endereço: Rua Nestor Victor, 421, CEP: 83.203-260, Paranaguá - PR.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 1763

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, no sentido de dotar de condições as Polícias Civil e Militar, a fim de coibir a assustadora onda de violência que tomou conta do Município de Iporã nos últimos dias, com a ocorrência de assalto à mão armada e assassinatos.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1796

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, sejam fornecidas cópias de documentos e prestadas informações ao Poder Legislativo, relativas à Mensagem nº 028/2004 - Projeto de Lei nº 382/2004, conforme segue:

01 - Cópias dos contratos entre a COPEL e ELETROSUL com a ANEEL, resultantes dos processos licitatórios 001/2003 e 001/2004;

02 - Cópias dos contratos de formação dos consórcios Gralha Azul, Artemis e Uirapuru.

03 - Qual o valor dos investimentos realizados e a realizar em cada um dos consórcios?

04 - Qual o valor das ações e o total correspondente ao percentual de participação da COPEL em cada um dos consórcios? - Gralha Azul - 80%; Artemis - 31,66 e Uirapuru - 5%?

05 - Qual a composição societária de cada uma das empresas integrantes dos consórcios em questão?

06 - Foi procedida a licitação para escolha da empresa responsável pela construção, operação e manutenção das instalações para transmissão da energia elétrica objeto dos referidos consórcios? Em caso positivo, quais a(s) empresa(s) vencedora(s); quais os valores dos respectivos contratos, juntar as cópias de cada um deles.

07 - Caso não tenha sido feita a licitação ainda, qual a forma de contratação da(s) empresa(s) que realizará(ão) a construção das linhas?

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS, FERNANDO RIBAS CARLI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH e BARBOSA NETO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 391/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a APROMO - Associação de Apoio à Promoção Profissional do Adolescente, Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua C, s/nº no Conjunto Guarani, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social.

A APROMO, tem por objetivo a integração do adolescente na faixa etária entre 14 e 17 anos, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78 alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 392/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cantinho da Criança, no Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua das Orquídeas, 1266 em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social.

A Associação Beneficente Cantinho da Criança, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78 alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 393/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Alto Piquiri, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Getúlio Vargas, 1162, em Alto Piquiri, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social.

A APMI, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78 alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 394/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a questionar, junto ao Conselho de Política Fazendária - CONFAZ, dilação de prazo, que deverá ser de 90 dias a contar da data da operação, para recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), para produtos comercializados em Bolsas de Cereais e Mercadorias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

O Sistema de Comercialização de Cereais é novo no País, porém as Bolsas estão preparadas para tal responsabilidade, trabalhando há mais de 15 (quinze) anos com o Governo (CONAB/Banco do Brasil/MAPA/Programa Fome Zero) e mais recentemente com a mudança da Lei 8666, para novas atribuições para a Lei 10.520 onde se incrementa as compras no setor público via Bolsa de Mercadorias, agilizando as licitações e melhorando serviços públicos.

Esse projeto visa incrementar os negócios via Bolsa de Mercadoria, dando maior dinamismo e transparência aos negócios realizados, agregando valor ao produto e excluindo gargalos antiproducentes a comercialização do agronegócio.

O mesmo projeto também oferece condições pelo menos no possível, à concorrência com o setor exportador, haja vista que as benesses da isenção de tributos só se dá a nível de mercado internacional, excluindo todos os setores de incentivos tributários de comercialização a nível interno.

Vale ressaltar também que no sistema de comercialização via Bolsa de Mercadorias não existe sonegação ou a chamada meia-nota, pois todas as informações são de conhecimento público, sendo todo sistema operado em leilões eletrônicos on-line.

Sistema esse de fácil fiscalização por parte de órgãos públicos.

PROJETO DE LEI Nº 395/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação Esportiva Irmandade Os D'Farra, com sede e foro na cidade de Pranchita, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 01 de agosto de 2002, a Associação Esportiva Irmandade Os D'Farra, tem sua sede e foro

na cidade de Pranchita, Estado do Paraná, estando devidamente registrada sob nº 0000783, no Livro A-004, fls. 24 do Cartório de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Santo Antonio do Sudoeste.

Trata-se de uma sociedade esportiva, recreativa e cultural, que tem por finalidades principais promover a prática de futebol amador, manter e incentivar diversos desportos, promovendo competições e campeonatos, bem como organizar festividades de caráter artístico, recreativo e cultural.

Constituída há mais de ano, a associação não visa lucros, prestando desinteressadamente serviços de utilidade pública a seus associados, não distribuindo lucros ou dividendos e sua diretoria não é remunerada.

Assim, cumprindo todos os requisitos legais exigíveis à sua declaração de Utilidade Pública estadual, contamos com a aprovação dos nobres Pares para o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 396/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a ARCAFAR/SUL - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, com sede à Avenida Santa Catarina, nº 220, em Barracão, Estado do Paraná e foro na Comarca de Barracão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 08 de junho de 1991, a ARCAFAR abrange as Casas Familiares dos Estados-membros do Sul do Brasil, ou seja, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estando devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Barracão, Estado do Paraná.

A ARCAFAR tem como objetivos a coordenação de trabalho filantrópico no sentido de promover desenvolver e fixar os jovens agricultores no meio agrícola, dando-lhes condições objetivas, com melhoria de conhecimentos técnicos, além de apoiar e estimular iniciativas de cada Estado quanto à criação e formação de Casas Rurais.

Constituída há mais de ano, a associação não visa lucros, prestando desinteressadamente serviços de utilidade pública a seus associados e sua diretoria não é remunerada a qualquer título.

Pela documentação inclusa, nota-se que a ARCAFAR atende todos os requisitos necessários à declaração de Utilidade Pública, razão pela qual contamos com a

aprovação dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 397/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Pequeno Polegar, Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Maria Ignácia da Silva, 2488, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social.

A Creche Pequeno Polegar, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que institui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Analisando a proposta do Governo através da mensagem 382/2004, mais uma vez fico surpreendido com a capacidade deste Governo, com a capacidade de mostrar em tão pouco tempo de Governo tantas contradições.

Em primeiro lugar propusemos aqui nesta Casa, por iniciativa inclusive da base do Governo, a Comissão Parlamentar de Inquérito da COPEL, que se propôs a rever todas as parcerias, todos os contratos entre a COPEL e a iniciativa privada. Desde que assumiu o Governo, eles propuseram que a COPEL não poderia firmar parcerias com a iniciativa privada. Aliás foi discurso marcante do Governador, não só daquela Tribuna quando do envio de mensagem do seu primeiro ano de Governo, mas foi um discurso constante do Governo que as parcerias eram lesivas à COPEL, eram lesivas ao Estado do Paraná.

Ao final da Comissão Parlamentar de Inquérito nós fizemos inclusive uma lei que colocava muito claramente que a COPEL só poderia ser acionista majoritária em todas as parcerias. Mas as contradições se evidenciam,

porque o Governo passado, Deputado Elio Rusch, foi extremamente criticado por fazer parcerias com a iniciativa privada. Aliás uma lei de 1997 que mudou o perfil da COPEL justamente dizia a Lei nº 11740 de 97 no artigo 1º inciso e: “Desenvolver atividades na área de transmissão de informação e formações eletrônicas, comunicações e controles eletrônicos de telefonia celular e outras atividades de interesse para a COPEL e para o Estado do Paraná ficando autorizada para esses fins e para os previstos nas alíneas b e c a participar majoritariamente ou minoritariamente de consórcios ou companhias com empresas privadas.” Isso foi o que fez o Governo passado. O Governo atual de tanto criticar a performance da COPEL, as parcerias que afirmava o Governador, o Governo, os diretores da COPEL que elas eram lesivas ao erário público.

Fomos motivados a termos nesta Assembléia uma Comissão Parlamentar de Inquérito em função das parcerias inclusive. Após a realização desta CPI através da Lei nº 14286 ficou estabelecida que a COPEL só poderia ter participação nas parcerias desde que ela tivesse controle acionário nestas parcerias. Isso é o que ficou estabelecido. Isso foi o discurso de Governo, isso foi o discurso dos diretores da COPEL a todo o momento. Qual é a nossa surpresa ao ver, efetivamente, a prática e o discurso se contradizem, mas não só na questão COPEL, se contradizem a todo o momento nas ações políticas do Governo do Estado do Paraná.

Surpresa para nós Parlamentares, surpresa para a sociedade paranaense, é que esse governo ataca indiscriminadamente tudo ou quase tudo feito pelo governo passado, ataca, tenta jogar no descrédito, modifica a legislação, entra com ações na Justiça e a Oposição tem denunciado, como denunciou, por exemplo aqui, a questão malfadada da encampação das rodovias pedagógicas do Estado do Paraná, dizia já naquele momento que aquele não era o instrumento correto, como denunciou a tentativa do governo de estatizar aquilo que já lhe pertence como é no caso da SANEPAR, quando o governo tenta estabilizar aquilo que já lhe pertence, porque ele detém mais de sessenta por cento das ações, portanto, o controle acionários e fica com o discurso “para inglês ver” e agora nós ficamos novamente surpresos ao ver que o mesmo governo que tanto criticou as parcerias, que tanto atacou as parcerias realizadas pelo governo anterior, que o mesmo governo que incentivou a Comissão Parlamentar de Inquérito a fazer uma lei que foi sancionada pelo Governador do Estado do Paraná, proibindo que a COPEL fosse parceira se ela não tivesse o controle acionário. Surpreendentemente, Sr. Presidente, pasmem os Srs. Parlamentares vem o governo com a maior cara-de-pau, de cara lavada, propor parcerias minoritárias para a COPEL. Não dá para entender. É verdadeiramente passar um atestado de incompetência, passar um atestado de incerteza. De instabilidade política, de instabilidade emocional, chegando a conclusões, dois anos a mais depois de o governo estar administrando o Paraná, de que aquela

prática de parcerias poderia ser, no caso COPEL, ser interessante para a COPEL. É contradizer todo o discurso, é contradizer toda a ação de governo. Nós não podemos aceitar como Deputados de Oposição e querer empurrar goela abaixo. Já votado em 1ª essa questão da parceria da COPEL minoritária, com a iniciativa privada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado, só uma informação a V. Exa. Saiu hoje na Ordem do Dia que estaria em 2ª Discussão. Não foi votado ainda. Será votado em 1ª hoje. Só para esclarecer a V. Exa.

O SR. DURVAL AMARAL

Eu agradeço a V. Exa. essas informações, porque efetivamente na semana passada cá não estava e estou me baseando pela Ordem do Dia.

Mas veja só. Qual é o objetivo dessa mensagem malfadada? A construção de novas linhas de transmissão. A COPEL vai fazer o gerenciamento e a construção das linhas. A razão está colocada em leilões públicos que foram realizados pela ANEEL. Obviamente, nos Leilões 001/2003 e 002/2004, os consórcios estabelecidos. Consórcio Gralha Azul. Nós vamos nos deparando com as contradições.

Na Mensagem do governo, Deputado Stica, diz que o governo terá oitenta por cento nesse consórcio. Até aí tudo bem, no Consórcio Gralha Azul. Isso diz a exposição de motivos.

Melhor dizendo, a mensagem que é o projeto fala em 51%. Não é possível que erros tão crassos dessa natureza possam levar a chancela do Governo do Estado.

Como é que eu justifico na Mensagem 80%, ou na exposição de motivos 80% e, quando faço a redação coloco lá mínimo de 51%, ou é uma coisa ou é outra. Ou se quer enganar a sociedade paranaense.

Parece-me que o Consórcio Gralha Azul se realmente ficasse com 80% o governo não estaria caindo em contradição com o seu discurso. Porque ele fez um discurso durante a campanha, fez um discurso quando tomou posse, quando veio aqui à Assembléia Legislativa. Atacou incansavelmente as parcerias minoritárias da COPEL. Foi à Justiça em função das parcerias minoritárias. respaldou a lei que nós aprovamos aqui, na Assembléia Legislativa, que, aliás, a lei não só estabelece que o Governo teria a maioria no controle acionários de qualquer parceria, mas estabelece que as parcerias para que fossem firmada deveria ter autorização prévia da Assembléia Legislativa. Só que essa autorização prévia estaria antecedida do Relatório de Impacto Ambiental, dos impactos sociais, dos impactos econômicos, dos investimentos que seriam feitos pela iniciativa privada e pelo poder público. Vem o Governo com uma mensagem que não diz absolutamente nada.

Na verdade, como propôs o Governo, ele revoga literalmente a lei aprovada na Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná resultante da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós não podemos brincar de fazer CPI. Não podemos brincar de legislar e, depois, a bel prazer, simplesmente, se derroga ou se revoga sem dar maiores explicações. E tenta se voltar uma matéria com uma urgência que não se justifica.

Isso eu estou pressupondo, não está dito aqui, na Mensagem.

Para o Governo ou para a COPEL participar de um leilão da ANEEL, com certeza, pressupõe-se que foi feito um consórcio. Consórcio Gralha Azul ou Uiapuru ou os outros consórcios juntos.

Qual é ou quais são as empresas que participam desses consórcios todos para participarem desse leilão da ANEEL?

Isso o Governo não diz.

Por exemplo, o Governo vai fazer uma linha de transmissão. Ele diz que vai fazer o gerenciamento e a construção dessas linhas. Mas, ele não nos diz e não manda para a Assembléia Legislativa a cópia desses contratos firmados entre os consórcios ou a ANEEL. Ou entre a COPEL, a ELETROSUL e a ANEEL. Não traz a constituição desses consórcios, não traz os contratos sociais, não traz quanto vai investir, não traz quanto vai gastar, não traz quais são as empresas contratadas para a realização dessa obra.

Nós já estamos sabendo que as cartas, parece-me, já estão, inclusive, marcadas para a conclusão dessas obras.

Vai contratar. Vai contratar através do quê? De licitação às empresas, ou esses consórcios não precisarão se submeter à lei das licitações públicas para que sejam contratadas.

Já foram contratadas? Quais foram as empresas contratadas? Vai ser a COPEL que vai contratar, ou vai ser a ELETROSUL? Qual é a empresa que vai executar o serviço?

Parece-me que não se sustenta em momento algum essa pressa, e essa urgência para se modificar aquilo que a CPI estabeleceu através de lei. Por quê?

A lei que aprovamos aqui, que fala que a COPEL só pode ser parceira quando tiver a maioria do controle acionário estabelece também que é necessário especificamente, além das características gerais do projeto o respectivo impacto social e ambiental.

Nobre Deputado Stica, se aprovarmos a lei ou o projeto como o Governador enviou à Assembléia Legislativa, podemos rasgar efetivamente a Lei nº 14286, que foi inspirada totalmente na proposta desse Governo de não fazer parcerias com a iniciativa privada se ela não tivesse o controle acionário. Tenho convicção absoluta, que o Governo ao tentar essas parcerias com a iniciativa privada não tendo ele Governo, o controle acionário, ele está, se o Governo passado incorreu em algum erro e foi tão criticado por esse Governo, esse Governo incorre em

um erro muitas vezes pior, porque o faz agora de maneira deliberada e consciente.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre Deputado, ouço com muita atenção e preocupação o seu pronunciamento onde o começo do ano de 2003, na mudança de Governo do Estado do Paraná, nós acompanhamos a formação de várias Comissões Parlamentares de Inquérito e uma delas era para investigar a COPEL. E a maior crítica que vimos do Governador recém empossado Roberto Requião, era justamente com as parcerias que a COPEL tinha feito, em especial quando ela participava de empresas com a participação minoritária. E onde uma ampla discussão, uma série de críticas feitas a todos os contratos firmados pelo Governo anterior, fez com que até mesmo a CPI da COPEL encaminhasse a essa Casa uma lei proibindo a COPEL quando sociedades fossem feitas e ela fosse minoritária.

Me admira agora, Deputado, dessa lei aprovada tentar passar por cima dela, onde estamos vendo uma atitude do Governador Roberto Requião, porque a assinatura nessa mensagem é dele. Até o Deputado Alexandre Curi que está aqui falava que ele pessoalmente não acreditava que tivesse sido assinada pelo Governador do Estado do Paraná uma mensagem como essa. Mas a assinatura que aqui está é do Governador. Causa-me uma estranheza muito grande saber o porquê. Tudo aquilo que eu preguei, tudo que o Governador pregou todo esse tempo, de uma hora para outra, não vale mais nada. O que tem por traz disso. O que está acontecendo, quais são os interesses do povo do Paraná que aí tem. Muito estranho, temos que discutir, trazer à tona essa discussão, porque não podemos aceitar isso que aqui está, esse projeto de lei, essa mensagem do Governo, porque da forma como ela vem, tem alguma coisa errada. Vamos discutir, vamos buscar, tem esse requerimento sendo encaminhado pela Oposição da Casa, para que nós possamos trazer informações para a Assembléia, para os Deputados e em especial para o povo do Paraná.

Muito obrigado!

O Sr. Natálio Stica

Na verdade, V. Exa. não pôde estar na Sessão que fizemos na quinta-feira. E aqui já discutimos com membros da própria COPEL, com a Bancada de Oposição. O deputado Elio Rusch participou de uma conversa e de fato veio uma mensagem com alguns equívocos aqui. Tanto é que já foi retirado o terceiro Consórcio Uirapuru, de comum acordo nós retiramos, porque ao entrar numa proposta de 5%, mesmo somando com a ELETROSUL, ainda não seríamos majoritários. Este foi um equívoco e está sendo corrigido. Porém, nos outros dois o primeiro já acordado entre Oposição e Situação, porque 80% nos dá garantia de que somos majoritários inquestionáveis. E os 15% é o mínimo colocado na mensagem. Mas, o que vale é o que está aqui: 80%.

A dúvida que fica é no segundo consórcio, aonde a COPEL entra com 31,66%; a ELETROSUL com 31,66%; a SIME, 31,67%; e a Santa Rita, 5%. Pelo que está aqui, numa primeira leitura, dá a impressão e olhando a SIME, é majoritária, com 0,001%. Porém, estamos fazendo uma emenda e já apresentamos, ela será votada na seqüência, aonde a garantia de que as duas empresas estatais, a COPEL e a ELETROSUL, juntas, vão ter 63 e alguma coisa por cento, se tornam majoritárias, portanto, o compromisso de que tanto a COPEL quanto a ELETROSUL, se porventura for fazer venda de ações, só poderão fazer, preferencialmente, uma para a outra, para que fique a garantia de que as duas estatais, ou então num futuro, uma delas fique sozinha majoritária. Portanto, a COPEL fica majoritária, junto com a ELETROSUL, no consórcio nº 2, onde ela e a ELETROSUL, juntas perfazem 62 e alguma coisa por cento.

Então, veja, nobre Deputado, sua preocupação é pertinente. E V. Exa. está cumprindo seu papel. Porém, cabia esta explicação, para dizer que nossa emenda visa corrigir, foi uma emenda feita em comum acordo com a Bancada da Oposição, que estava presente, com os diretores da COPEL que aqui vieram. Vamos corrigir este - se dá para dizer, no consórcio nº 2 - esta deficiência, ficando a garantia majoritária da COPEL e ELETROSUL. E retiramos o nº 3.

Lembramos, mais uma vez, não custa, que os empreendimentos são decorrentes dos leilões públicos, na esfera federal, Ministério de Minas e Energia; e é muito importante que a COPEL participe. Que pena que ela não vai participar deste terceiro, porque se trata, também, de linha de transmissão. E a COPEL, sendo geradora da nossa eletricidade, deve ela também estar no mercado, fazendo a distribuição. Portanto, estes dois consórcios garantem que a COPEL, como majoritária, vai estar dando as cartas, também, na distribuição. E portanto, nesta fatia que é muito importante para o Estado do Paraná, com a nossa empresa, COPEL.

Me somo a V. Exa. para dizer que estes dois consórcios certamente serão aprovados e ficarão nas mãos do Estado do Paraná, da COPEL, e eu conto com o apoio da Bancada da Oposição.

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço o aparte do Deputado Stica e tenho algumas considerações. Em primeiro lugar, cumprimentar a iniciativa de estabelecer, no projeto, no caso Gralha Azul, 80%. Porque como está, na proposta, na mensagem, não é isso o que está valendo. Está valendo 51%, mínimo. Estamos apresentando uma emenda, o Deputado já disse que vai aprovar esta emenda, de 80% de controle acionário da COPEL. Isto nos satisfaz bastante.

Uma outra questão que tem que ser ressaltada e até parabenizando o Líder do Governo, é o fato, neste consórcio da Artemis, o Uirapuru, onde a COPEL só tinha 5%, este efetivamente, ser excluído da mensagem,

através de uma emenda substitutiva, da Comissão de Finanças, parece-me, também, de uma boa política.

Agora, não vamos misturar alhos com bugalhos. Não vamos, aqui, tentar confundir a opinião pública ou a Oposição, que a COPEL mais a ELETROSUL, que o Governo do Estado vai ter a maioria. Não vai! COPEL é sociedade de economia mista. A ELETROSUL, igualmente. Não dá para misturar, como já disse, alhos com bugalhos. Do jeito que aqui está proposto, 31,66%, efetivamente, está ferindo de morte a lei que a Assembléia Legislativa aprovou, resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito que prevê que o Governo do Estado tem que deter, tem que ter no mínimo 51% do controle acionário. Essa confusão gramatical não cabe em hipótese alguma, quem tem que ter o controle acionário efetivamente é o Governo do Estado através de toda e qualquer parceria da COPEL, não pode, Deputado Stica, tentar se afirmar que a COPEL mais a ELETROSUL vai ter o controle acionário, que isso vai ferir de morte a lei.

Temos que ter muito claro o seguinte: temos que modificar essa mensagem, colocando que a COPEL sozinha vai ter mais de 51% dessas ações; aí sim vamos estar obedecendo o espírito da lei, aí sim vamos estar obedecendo o que mandou o legislador efetivamente aprovado por esta Casa de Leis, sancionada pelo Governador do Estado do Paraná, caso contrário vamos estar maquiando esta situação.

E olha, gente, efetivamente eu tenho aqui em mãos pronunciamentos do Governador que tanto defendeu a COPEL, que só poderia ser parceira quando ela tivesse o controle acionário. Não preciso constranger nem o Governador nem tampouco os nossos Parlamentares, mas tenho aqui um pronunciamento que extraí das notas taquigráficas, Deputada Elza, da CPI, quando da vinda do Dr. Gilberto Griebler àquela Comissão Parlamentar de Inquérito quando ele fulminava, feria de morte as parcerias que a COPEL não era majoritária, dizia então o Dr. Gilberto Griebler: “confirmou o direcionamento da reavaliação dessas parcerias que ela estava centrada nos seguintes critérios, era a nova política do Governo; primeiro, não participava de empreendimentos fora do Estado, mesmo que dentro do foco principal de atuação da COPEL, além de, por determinação do Governador, somente participar de empreendimentos na condição de sócio majoritário”. Depoimento foi prestado na CPI da COPEL no dia 21 de agosto de 2003.

Quer dizer, então não vamos aqui dizer que a COPEL, participando do Consórcio Gralha Azul com 31%, ela vai ter a maioria do controle acionário porque não vai ter, vamos apresentar uma emenda, a Oposição vai apresentar uma emenda propondo que o espírito do Governo, que a proposta do Governo, que não tenho certeza, não foi só oportunista e eleitoreira, nem tampouco só eleitoral, possa valer nessa questão, porque senão tudo aquilo que ele criticou efetivamente vai estar passando recibo ao Governo anterior.

O Sr. Barbosa Neto

V. Exa. me concede um aparte?

Só gostaria de cumprimentar V. Exa. nesta tarde por novamente voltar nesta questão que tanto tomou conta das discussões na semana passada, já que pairam muitas dúvidas em relação a um tema essencial para o nosso Estado, principalmente quando temos um Governador que tanto falava na questão do interesse público quando da sua candidatura ao Governo do Estado, ao abordar principalmente a questão do pedágio.

E agora nós vemos que a COPEL está aí fazendo essa parceria com grupos privados e internacionais, logo as empresas com a maioria de capital estrangeiro que foram tão criticadas por esse Governo que aí está, que dizia, e eu me recordo no Governo passado que eram empresas internacionais que faziam parcerias com banqueiros, que eram coisas do capeta, como gostava bem de frisar o atual ocupante do Palácio do Governo do Estado, o Palácio Iguazu, e principalmente quando envolve um tema como a energia, que é uma questão precípua para a garantia da soberania do nosso Estado, quando vemos a COPEL alardeando que foi uma das empresas mais rentáveis com os lucros estratosféricos, se vangloriando de ser uma das maiores empresas do Brasil, e agora se sujeita a esse tipo de parceria.

O que há por traz desse tipo de projeto que está sendo analisado nesta Casa? É o que todos nós, Deputados responsáveis, devemos questionar na tarde de hoje.

Cumprimento V. Exa., principalmente por se tratar de um Governo estatizante e que agora, inexplicavelmente, abre precedentes para parcerias onde pairam dúvidas e que merecem ser dirimidas por esta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Durval Amaral, quando o Deputado Barbosa Neto diz o que há por trás desse interesse, o termo melhor é quem é que está levando vantagem para encaminhar essa mensagem. Quem recebeu algum benefício encaminhando essa mensagem tentando enganar este Poder. Este Poder aprovou uma lei e essa lei estaria sendo arranhada e, conseqüentemente, deveríamos extinguir a lei para aprovar essa mensagem marota que chega nesta Casa.

Veja bem, o Paraná produz energia. Agora, dizem que é preciso ter garantias para contrair empréstimos do BNDES para construir uma nova rede de transmissão de energia. A própria rede já é a garantia. Em dois anos se auto-paga qualquer investimento.

Então, não há razão para chamar os sócios privados, a não ser aquela de fazer negócio no interesse de alguém que administra a coisa pública, ou seja, a arte de passar o dinheiro público para a iniciativa privada. Ou fazer do Estado um grande negócio. Isso é coisa do passado.

Espero que o Governador do Estado do Paraná reveja essa mensagem. E tenho certeza que o Governador

acabou assinando sem prestar direito a atenção do que estava assinando. Não é do Governador Roberto Requião fazer isso. Não pode ser dele essa mensagem.

Que o Líder do Governo e aqueles que querem preservar a ética, a moral retirem essa mensagem, porque não estamos a vontade para dar respaldo, nem tão pouco assistir Deputados da Oposição falando exatamente o que se tem que falar. Que a mensagem é marota. Alguém está sendo beneficiado com isso.

Muito Obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço o aparte do Deputado Neivo Beraldin e me somo às denúncias que V. Exa. faz nesse momento. Elas são extremamente graves. Por isso que a Oposição, mas não só a Oposição, mas todos nós Parlamentares devemos nos acautelar antes de apreciarmos uma mensagem, como V. Exa. colocou, marota.

Também faço a mesma ressalva de V. Exa., não acredito que o Governador tenha lido atentamente essa mensagem. Não é da pessoa do Governador Roberto Requião acobertar transferência e recursos públicos para a iniciativa privada. Não é da figura do governador Roberto Requião essa prática. Mas da forma como está se tentando fazer é esse o objetivo.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch

Deputado Durval Amaral, ouço com muita atenção o seu pronunciamento, gostaria de dizer a V. Exa. principalmente ao Deputado Natálio Stica - Líder do Governo nesta Casa, que na semana passada, na ausência do Deputado Durval Amaral, Líder da Oposição na Assembleia Legislativa, nós participamos de uma reunião na quarta-feira à tarde na sala da Presidência desta Casa. O Deputado Hermas Brandão, Presidente desta Casa, participou dessa reunião também; diversos Parlamentares, como o Deputado Neivo Beraldin, participaram daquela reunião com os auditores da COPEL.

A que conclusão nós chegamos nessa reunião?

Que jamais a Casa poderia aprovar a Mensagem Governamental da forma como ela veio aqui para a Assembleia, porque, na verdade esse Projeto de Lei do Governo do Estado se contradiz, como muito bem disse o Deputado Durval Amaral.

Ora, se após um trabalho exaustivo, a CPI da Copel chegou á conclusão que devia ser elaborado um Projeto de Lei e, após o mesmo aprovado, o Governador transformaria em Lei proibindo a participação da COPEL em qualquer sociedade onde ela fosse minoritária, ela só poderia participar, majoritariamente, se a Assembleia Legislativa autorizasse. Além da autorização, deveria vir acompanhando a mensagem os respectivos impactos sociais e ambientais.

Os impactos sociais e ambientais não vieram acompanhando a mensagem, mas diante da pressa e da solicitação especial do Presidente da Casa, Hermas

Brandão, eu, como Presidente da Comissão de Finanças, juntamente com o Deputado Marcos Isfer e demais Parlamentares, fizemos um Substitutivo ao Projeto e dando como validade apenas ao artigo 1º, ou seja, ao Consórcio da Gralha Azul, aonde a COPEL teria 80% da sua participação. Isso foi acordado na quarta-feira, na Sala da Presidência, onde diversos Parlamentares participaram, entre eles o Duílio Genari, Tadeu Veneri e não me recordei quantos mais estavam presentes nessa reunião.

Na quinta-feira de manhã quando o projeto veio na Ordem do Dia, veio o pessoal da COPEL, mais uma vez e, aqui na sala do Presidente, anexa ao Plenário, uma outra reunião aconteceu e eu deixei claro que não poderia concordar com a inclusão do artigo 2º, ou seja, do Consórcio Artemis, porque a Comissão de Finanças já havia dado o seu parecer e não podíamos mudar de novo. Sugerimos, então, à Liderança do Governo que apresentasse uma Emenda em Plenário se assim entendesse, mas não poderíamos mudar o nosso Substitutivo e o parecer que a Comissão de Finanças já havia exarado em relação a esse parecer.

Deputado Natálio Stica, a quem devoto o maior respeito, a COPEL é uma empresa, a ELETROSUL é outra! A lei que nós aprovamos na Assembleia, estranhamente, foi aprovada em dezembro de 2003 e, apenas em Fevereiro deste ano, o Governador Roberto Requião sancionou essa lei, porque se tivesse sancionado ainda em dezembro do ano passado não teria saído também àquela negociação com a ELEJOR que já foi debatida demais aqui na Assembleia Legislativa.

Por tudo isso, nós como Parlamentares, não pelo fato de integrarmos a Bancada de Oposição, mas como fiscalizadores do Paraná e do Poder Executivo, não podíamos nos calar e não podemos nos calar, devemos lembrar aqui na Assembleia Legislativa e trazer para a sociedade do Paraná aquilo que efetivamente se quer V. Exa. foi muito claro: não pode confundir alho com bugalhos! A COPEL é uma empresa, a ELETROSUL é outra!

Ora, como é que nós, Deputado Durval Amaral, queremos legislar sobre ações da ELETROSUL?

Nós podemos aprovar a Lei e se o Governo Federal, amanhã, privatizar a ELETROSUL? O que vai acontecer?

Ora, o Governo Federal, hoje, o Lula, está privatizando sim e quem disse que ele não vai privatizar a ELETROSUL?

Quem tem a garantia de nós termos a maioria das ações estatais e não como propriedade da COPEL?

São duas coisas bem distintas: a COPEL ser majoritária e ter maioria das ações estatais. Nós não podemos, eu entendo dessa forma. E o que nós acordamos na semana passada. Nós como parlamentares não podemos brincar, Deputado Plauto, de fazer leis. Faz-se a lei e de repente o Governo do Estado diz o seguinte: "Olha, para esse negócio a lei não vale". Seria a mesma coisa que alguém cometer um crime e dizer: "Olha, para

esse crime não se aplica a legislação vigente no nosso país”.

É isso que se faz no Paraná. Brinca-se com a sociedade, brinca-se de fazer lei, brinca-se de sancionar a lei e quer se revogar para efeito de fazer uma negociação. A quem interessa essa negociação? A quem interessa a COPEL participar com 05 ou 30% nesse consórcio? Isso tem que se esclarecido.

O que é que se quer jogar por baixo do tapete? Existe alguma coisa? Eu não sei. Acredito que não. Acredito na seriedade do Governador do Paraná, Roberto Requião se ele usou a COPEL como um grande expoente para chegar ao Governo do Estado e nós fomos tachados, perdemos muitos votos, Deputado Durval, por causa da COPEL e inclusive por esta lei que nós aprovamos e agora queremos cancelar? O que é isso?

Só existe uma coisa, Deputado Durval, que confirma os atos de cada pessoa: o tempo. O tempo se encarrega de confirmar a veracidade ou de desmentir as pessoas do Paraná, como o tempo já se encarregou de desmentir a questão do pedágio, agora da COPEL, amanhã vai ser da SANEPAR, vai ser do rompimento dos contratos, do Porto de Paranaguá, vai ser de todas as ações que o Governo do Estado está fazendo.

Obrigado pelo aparte, Deputado Durval.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de registrar a presença do Vereador de Maringá reeleito, no 4º mandato, mais votado do PP, nosso partido, Vereador Bravin e seus companheiros que aqui estão. Também o ex-ministro da saúde, pai do “Zé Gotinha” que está aqui também, o Deputado Ricardo Barros. Agradecer a presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Registrado.

O SR. DURVAL AMARAL

Se me permite, o Horário da Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Será concedido. V. Exa. tem 05 minutos para concluir.

O SR. DURVAL AMARAL

Não poderia deixar de conceder um aparte ao nobre Deputado Marcos Isfer, razão pela qual uso do Horário da Liderança do PFL.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço a gentileza que V. Exa. nos defere e dizer que efetivamente, tão logo chegou a esta Casa este projeto de lei, imediatamente pudemos anotar alguns defeitos de origem e chamamos aqui os técnicos da

COPEL para discutirmos. Os Deputados Elio Rusch, Duílio, Tadeu Veneri, uma série de Deputados participaram de várias reuniões.

Deixar muito claro que o grande erro de todo esse processo continua num vício de origem que é o BNDS não financiar empresas públicas particularmente naquilo que se refira a infra-estrutura.

Enquanto o BNDS se recusar a financiar empresas públicas no setor de infra-estrutura energética, no setor de infra-estrutura de transportes, nós continuaremos efetivamente a ter esse tipo de parcerias que muitas vezes vêm disfarçadas sob o aspecto de uma boa ação pública e traz por dentro do seu bojo um contrato granada, aonde a iniciativa privada não entra com nada, o Governo entra com a grana e depois os negócios se invertem.

Infelizmente, isso é algo que precisa ser resolvido e é mais uma das falhas, ao meu ver, que o Governo do PT tem que rapidamente tomar alguma ação a nível federal.

Nesse caso específico, é vital, é importante que tenhamos a linha de transmissão Foz do Iguaçu-Cascavel. São duas subestações da COPEL aonde nós estaremos com a COPEL participando com 80% da sociedade e 20% da ELETROSUL - um negócio vital e importante. Em contrapartida a ELETROSUL repassa ao Estado do Paraná, que ele participe da segunda linha, que liga Ivaiporã, que é uma linha de transmissão de muito mais interesse nacional e, portanto, de muito mais interesse ELETROSUL, em que a ELETROSUL entre com 31,6%, a COPEL com 31,6%, a CYMI com 31,7, aproximadamente e com 5% a Empresa Santa Rita de Consultoria - também me dizem de engenharia. Procurei saber que empresa é esta erradicada no Estado do Paraná. A outra é uma grande empresa, ligada ao setor energético espanhol, então, sabemos quem é. Mas esta Santa Rita é de Santa Catarina - não sei quem é e ninguém soube me informar.

Estamos entendendo, Deputado Durval, se isto é vital do ponto de vista da infra-estrutura energética do País, se isto é vital do ponto de vista de que fique em mãos públicas esta linha de transmissão de Ivaiporã, há a necessidade de haver um adendo aos termos de consórcio, entre a COPEL e a ELETROSUL, onde haja um compromisso específico de em momento algum estas ações poderem ser oferecidas a empresas privadas, sem que haja por parte de uma das duas empresas públicas a oferta de uma das duas empresas públicas. Essa pode ser uma das soluções.

Outra solução que também podemos colocar dentro do próprio projeto, para que aceleremos, além de deixarmos com o controle público, é dizermos já no texto da lei, que a COPEL se compromete em um prazo de doze meses, vinte e quatro meses a adquirir o restante das ações até ter os 51%. Por que digo isso? Porque isso tudo é um leilão já realizado, onde quem foi vencedor do leilão foi este consórcio. Na hipótese de haver desistência na participação do consórcio, ele ficará vago ou irá a novo leilão ou o segundo colocado acaba assumindo.

Em deferência - Deputado Élio Rusch, acho que está errado, concordo com V. Exa. poucas vezes a Assembléia tem sido ouvida, passam por cima desta, esquecem que as leis são feitas para serem cumpridas - poderíamos talvez construir uma solução com relação ao segundo consórcio, o Consórcio Artemis. Com relação ao Consórcio Uirapuru descarta-se a total e qualquer possibilidade da COPEL participar deste consórcio, uma vez que a participação de 5% nada mais é do que dar uma característica a esse consórcio estatal e sem ser estatal. Porque seria 5% da COPEL e 20% da ELETROSUL e o restante é privado.

Acho que podemos construir, Deputado Durval Amaral, juntamente com a Oposição e Situação, enfim toda a Assembléia, uma solução para que não haja prejuízo da infra-estrutura do setor energético no Paraná. Lembro que o mal é de origem do BNDES, em não financiar estatais em apenas empresas públicas, fazendo com que esse dinheiro muitas vezes saia daqui para o país de origem dessas empresas sendo desviado e nós fiquemos durante anos e anos pagando as contas.

O SR. DURVAL AMARAL

Efetivamente, o que veio primeiro: o ovo ou a galinha: As regras do BNDES já estavam colocadas, quando Jaime Lerner foi Governador, quando Roberto Requião estava na campanha e enquanto Roberto Requião Governador. Todos nós sabemos dos impedimentos que existiam de financiamento pelo BNDES, para o setor público. Então, não pode agora o Governo alegar ignorância nessas parcerias e modificar. Todos nós sabemos que a lei tem sempre um princípio geral de direito que a lei tem que ser ampla e para todos. Este jeitinho brasileiro de excepcionalizar o Consórcio Artemis não me parece uma boa técnica legislativa, não me parece que seja prudente privilegiar ou beneficiar uma única entidade. Nós estamos rasgando a lei.

E, para concluir, na Mensagem do Governo no artigo 1º, parágrafo 3º “com autorização constante no *caput* deste artigo, constituir-se-á sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado”. Aqui sepulta definitivamente essa idéia dos trinta e poucos por cento da COPEL mais os trinta e poucos por cento do ELETROSUL! Isso não pode, porque vai para uma entidade com personalidade jurídica, regida pelo direito privado. Ou nós vamos revogar a lei proposta pela CPI da COPEL, da lavra do Deputado Marcos Isfer e de muitos outros Deputados, vamos enquadrar o Governo para que ele cumpra a lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes da Fonseca)

Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PT, com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso neste momento apenas para, da tribuna da Casa, manifestar uma preocupação com o acirramento que houve no processo eleitoral em algumas cidades, decorrendo inclusive o falecimento de três pessoas, como foi o caso da Cidade de Ivaiporã. Foram três assassinatos, todos lamentáveis, porque não é possível que recorramos - para resolver questões eleitorais - a métodos últimos próprios da barbárie, e naturalmente os três falecimentos, os três assassinatos são lamentáveis, mas como Presidente do PT, não poderia deixar de manifestar o meu pesar pela morte do companheiro Julião, de Ivaiporã, enterrado na última semana aqui em São José dos Pinhais, aliás, na prática em Contenda, porque a família não tinha condições econômicas para adquirir algum terreno, por conta de seu falecimento no Angelina Caron.

Os fatos são graves, Sr. Presidente, tanto que peço a apuração do Ministério Público, peço apuração por parte da Secretaria Estadual de Segurança, já que os autores dos disparos estão presos, mas os mandantes - em havendo mandantes - não foram descobertos ainda. O Julião foi um dos protagonistas de denúncias de corrupção na cidade.

Não vai aqui nenhum julgamento, porque lá a disputa foi entre três grupos políticos, podendo haver - se há - envolvimento político de uma das partes. Mas, a paixão em Ivaiporã levou a tanto que, mesmo tendo sido alvejado e internado no hospital da Cidade, esse jovem foi retirado do hospital com treze dias de internamento, levado à Delegacia para prestar depoimento, quando poderia ter prestado depoimento lá mesmo no próprio hospital, pois que o ferimento era grave, atingira o pâncreas, e ao retirar os medicamentos e o dreno, certamente a sua situação de saúde se complicou.

Portanto, não fora só o tiro certamente que o matou, Deputado Ratinho Júnior, V. Exa. que conhece bem a situação lá, bem como o Deputado Nelson Justus e todos conhecemos, não foi só o tiro, o eventual mandante, - se descoberta a origem política dessa iniciativa, - mas a displicência médica e também policial para um ferido de tal gravidade. Não estando na sua terra natal, não estando na sua cidade de origem, ele para cá veio, foi transferido, sete dias internado no Hospital Angelina Caron e veio a falecer e aqui mesmo enterrado, longe de seus amigos e familiares, dada a penúria da família e também o medo da sua esposa, o temor dos seus irmãos, que para a região metropolitana pretendem mudar, não querendo mais para Ivaiporã retornar, porque não sentem segurança e garantia de vida, dada a gravidade e a animosidade do processo eleitoral.

Quero, de público, dizer que não imputo a nenhum dos grupos políticos eventual responsabilidade, mas imputo, sim, à falta de urbanidade e respeito à Democracia em muitos municípios do Paraná, onde o coronelismo ainda manda, onde o autoritarismo viceja e a violência, a

traculência fazem valer para garantir resultados eleitorais.

Lamento público, preocupação, sim, porque no primeiro turno eu vi a preocupação de Deputados em relação a pesquisas eleitorais, mas a maior preocupação deveríamos de ter, sim, com o processo eleitoral em si, com a necessidade de mudarmos o título eleitoral para que ele contenha fotografia, Deputado Rafael Greca, pois em Municípios do interior do Estado há suspeitas de aquisição de títulos eleitorais, todos a serem apurados pela Justiça Eleitoral. Mas preocupação com a segurança, com o fortalecimento da Democracia, e principalmente com o combate, as disputas virulentas feitas à base da bala, muitas vezes podendo ser ganhas pela traculência.

Lamento a dor da família, mas agora nos resta exigir da Secretaria da Segurança Pública, e principalmente do Ministério Público e da PIC, a apuração integral desse e de todos os crimes havidos em função da disputa eleitoral.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Fonseca)

PMDB.

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Eu queria, antes de mais nada, solidarizar-me com as palavras do companheiro André Vargas, porque realmente não é possível imaginar que possamos pensar na construção da Democracia como ainda fazem alguns coronéis resolvendo as suas questões políticas partidárias à bala. Questões dessa natureza envergonham o País. As divergências existem na Democracia às vezes, até no seio do próprio Partido existem companheiros que divergem de uma questão ou de outra, mas o campo das idéias, a Democracia, nos confere esse direito, mas temos que sempre estar acima dessas questões e respeitar o direito do outro. Toda eleição acabamos saindo dela fazendo grandes reflexões em relação à questão democrática: golpe baixo, sujeira, maledicência, etc. e tal.

Tudo isso nós suportamos, mesmo entendendo que não deve fazer parte da construção democrática o golpe rasteiro, mas, daí tirar a vida de uma pessoa em relação à questão político-partidária, não há absolutamente nada que justifique isto!

Então, queria deixar manifestada esta minha fala em relação ao que expôs aqui o Deputado André Vargas, mas queria falar, rapidamente também, Deputado Durval Amaral, Líder da Oposição, que eu respeito por sua coerência, do ponto de vista de líder, acho que nós todos, Deputados da base de sustentação do Governo ou de Oposição, fomos eleitos para manter a nossa autonomia e independência em relação ao Poder Executivo. Tenho feito esforço nesta Casa para atuar como Parlamentar sem perder de vista esta característica necessária, importante, fundamental.

Portanto, quando V. Exa., na sua fala coloca que não é da figura do Governador acobertar recursos públicos para empresas privadas ou usar de má fé em relação ao dinheiro público e ao nosso patrimônio, eu acho que V. Exa. faz uma referência correta, porque o Governador, como todos nós seres humanos, temos as nossas dificuldades do ponto de vista de relação, mas é um homem reto, um homem probo, é um homem sobre quem não podem pesar acusações de desvio de dinheiro público.

Então, queria cumprimentá-lo, porque embora faça a sua crítica, preserva o Governador como uma figura íntegra, como um estadista que realmente respeita não só a sua função, mas tem cuidado bem do dinheiro público. Eu não estava aqui também na quinta-feira, mas cheguei e procurei me inteirar rapidamente em relação ao projeto. Evidentemente que já foram colocados pelo Líder do Governo as dificuldades em relação à redação que V. Exa. levanta e que procede, mas houve um acordo de que seria feito, eu não conheço ainda o texto da emenda, quero conhecê-lo para sanar essa dificuldade em relação à segunda questão que é a aquisição de 31,66%...

(Término do tempo. O Presidente da Mesa concede mais um minuto para concluir)

Mas fica esclarecido que o artigo 3º vai ser retirado, porque realmente procedem as colocações de V. Exa., como bem reconhecido também pela Base de Sustentação do Governo. Isto realmente mostra que há equívocos, que há erros e que nós temos realmente que cumprir aqui o nosso papel de ficarmos atentos. Mas, considerando também o que já foi falado pelo Presidente da Comissão de Finanças da Casa, temos que buscar aqui a solução para equacionarmos este problema para que o Paraná, a população do Paraná não sofra com o nosso não atendimento a esta questão colocada hoje para discussão.

Então, temos que, ao mesmo tempo que ficarmos atentos como ficamos e detectamos os equívocos que vieram neste projeto, temos, da mesma forma, que buscar uma alternativa, uma redação e uma solução para o problema, que me parece já foi proposta com a emenda apresentada pela Comissão de Finanças.

Quis fazer essa ressalva exatamente para mostrar que V. Exa. cumpre o seu papel, o Bloco de Sustentação do Governo também verificou realmente equívocos na redação, tratou de acordar uma emenda para que possamos manter a COPEL como uma empresa de grande importância no nosso Estado e no nosso País.

Nós temos também nesta Casa, que manter a responsabilidade de buscar alternativas, as que forem necessárias e possíveis, dentro da lei, evidentemente, para não prejudicarmos o povo do Paraná.

Muito obrigada

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 04 (quatro), de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2½ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/2004, que dispõe sobre a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 575.186,00 ao orçamento do Fundo Penitenciário. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo, ressalvada a emenda da CCJ.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 291/2004, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 869/2004, que altera dispositivos da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, corrige erro material da referida lei e adota outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 291/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 263 da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 263 - Fica criado nas comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I - na Comarca de Andirá:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.(...)

XVII - na Comarca de Astorga:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

XVIII - na Comarca de Chopinzinho:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

XIX - na Comarca de Santo Antônio do Sudoeste:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

XX - na Comarca da Lapa:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.”

Art. 2º - Ficam elevadas à entrância intermediária as Comarcas de Andirá e Chopinzinho.

Art. 3º - O Anexo II – Tabela 2 - Seções Judiciárias, passa a vigorar com alteração na 21ª Seção Judiciária com Sede na Comarca de Bandeirantes e fica acrescido da 53ª Seção Judiciária com Sede na Comarca da Lapa e da 54ª Seção Judiciária com Sede na Comarca de Andirá.

Art. 4º - Fica suprimido o inciso IX do artigo 255 da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 5º - O artigo 277 da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 277. No Foro Regional de Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e Rio Branco do Sul; e nas Comarcas de entrância intermediária de Apucarana, Arapongas, Cambé, Campo Mourão, Castro, Cianorte, Francisco Beltrão, Lapa, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Sarandi, Telêmaco Borba, Toledo, Umuarama e União da Vitória, fica criada uma (1) Unidade Administrativa de Juizado Especial Cível e Criminal, com um (1) cargo de Juiz de Direito.”

Art. 6º - Fica suprimido dos Anexos do Código de Organização e Divisão Judiciárias o Foro Regional da Lapa.

Art. 7º - A Comarca da Lapa, na categoria de entrância intermediária, passa a integrar os seguintes Anexos:

Anexo III – Tabela 2 – Composição das Comarcas e seus Distritos Judiciários – Demais Comarcas;

Anexo IV – Composição do Foro Judicial e Foro Extrajudicial por Comarca;

Anexo V – Magistratura Estadual;

Anexo VI – Tabela 3 – Cargos do Foro Judicial – Entrância Intermediária;

Anexo VII – Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

Anexo IX – Tabela 1 – Criação e Extinção de Cargos da Magistratura Estadual;

Anexo IX – Tabela 4 – Criação e Extinção de Cargos – Cargos do Foro Judicial por Comarca - Entrância Intermediária;

Anexo IX – Tabela 8 – Criação e Extinção de Cargos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Art. 8º - Passa a integrar o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, a Tabela 5 do Anexo IX – Criação e Extinção de Cargos – Cargos do Foro Judicial por Comarca - Entrância Inicial.

Art. 9º - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta da dotação orçamentária do Tribunal de Justiça.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.11.2004.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS - ENTRÂNCIA FINAL, INTERMEDIÁRIA E INICIAL
ANEXO I

COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL			COMARCA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA			
01		Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	01	Andirá	35	Nova Esperança
	I	Foro Central de Curitiba	02	Apucarana	36	Palmas
	II	Foro Regional de Almirante Tamandaré	03	Arapongas	37	Palotina
	III	Foro Regional de Araucária	04	Assaí	38	Paranaguá
	IV	Foro Regional de Bocaiúva do Sul	05	Assis Chateaubriand	39	Paranavaí
	V	Foro Regional de Campina Grande do Sul	06	Astorga	40	Pato Branco
	VI	Foro Regional de Campo Largo	07	Bandeirantes	41	Peabiru
	VII	Foro Regional de Colombo	08	Bela Vista do Paraíso	42	Pitanga
	VIII	Foro Regional de Fazenda Rio Grande	09	Cambé	43	Porecatu
	XIV	Foro Regional de Pinhais	10	Campo Mourão	44	Rio Negro
	X	Foro Regional de Piraquara	11	Capanema	45	Rolândia
	XI	Foro Regional de Rio Branco do Sul	12	Castro	46	Santo Antônio da Platina
	XII	Foro Regional de São José dos Pinhais	13	Chopinzinho	47	Santo Antônio do Sudoeste
		Cascavel	14	Cianorte	48	São Mateus do Sul
		Foz do Iguaçu	15	Colorado	49	Sarandi
02		Guarapuava	16	Cornélio Procopio	50	Telêmaco Borba
03		Londrina	17	Cruzeiro do Oeste	51	Toledo
04		Maringá	18	Dois Vizinhos	52	Umuarama
05		Ponta Grossa	19	Francisco Beltrão	53	União da Vitória
06			20	Goioerê	54	Wenceslau Braz
07			21	Guaíra		
			22	Guaratuba		
			23	Ibaiti		
			24	Ibiporã		
			25	Irati		
			26	Ivaiporã		
			27	Jacarezinho		
			28	Lapa		
			29	Laramjeiras do Sul		
			30	Loanda		
			31	Marechal Cândido Rondon		
			32	Marialva		
			33	Matinhos		
			34	Medianeira		

COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL

01	Alto Paraná	29	Imbituva	57	Prudentópolis
02	Alto Piquiri	30	Ipiranga	58	Quedas do Iguaçu
03	Altônia	31	Iporã	59	Realeza
04	Antonina	32	Iretama	60	Rebouças
05	Arapoti	33	Jaguapitã	61	Reserva
06	Barbosa Ferraz	34	Jaguariaíva	62	Ribeirão Claro
07	Barracão	35	Jandaia do Sul	63	Ribeirão do Pinhal
08	Cambará	36	Joaquim Távola	64	Salto do Lontra
09	Campina da Lagoa	37	Mallet	65	Santa Helena
10	Cândido de Abreu	38	Mamborê	66	Santa Izabel do Ivaí
11	Catagalo	39	Mandaguaçu	67	Santa Mariana
12	Capitão Leônidas Marques	40	Mandaguari	68	São Jerônimo da Serra
13	Carlópolis	41	Mangueirinha	69	São João do Ivaí
14	Catanduvas	42	Manoel Ribas	70	São João do Triunfo
15	Centenário do Sul	43	Marilândia do Sul	71	São Miguel do Iguaçu
16	Cerro Azul	44	Matelândia	72	Sengés
17	Cidade Gaúcha	45	Morretes	73	Sertanópolis
18	Clevelândia	46	Nova Fátima	74	Siqueira Campos
19	Congoinhas	47	Nova Londrina	75	Teixeira Soares
20	Corbélia	48	Ortigueira	76	Terra Boa
21	Coronel Vivida	49	Palmeira	77	Terra Rica
22	Curiúva	50	Palmital	78	Terra Roxa
23	Engenheiro Beltrão	51	Paraíso do Norte	79	Tibagi
24	Faxinal	52	Paranacity	80	Tomazina
25	Formosa do Oeste	53	Pérola	81	Ubiratã
26	Grandes Rios	54	Pinhão	82	Uraí
27	Guaraniaçu	55	Piraí do Sul	83	Xambrê
28	Icaraíma	56	Primeiro de Maio		

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
SEÇÕES JUDICIÁRIAS - ANEXO II - TABELA 1

Seções Judiciárias	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	Seção	Entrância	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
	COMARCA/FORO					
1ª	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	Seção Única	FINAL		51	51
	I Foro Central de Curitiba		FINAL			
	II Foro Regional de Almirante Tamandaré		FINAL			
	III Foro Regional de Araucária		FINAL			
	IV Foro Regional de Bocaiúva do Sul		FINAL			
	V Foro Regional de Campina Grande do Sul		FINAL			
	VI Foro Regional de Campo Largo		FINAL			
	VII Foro Regional de Colombo		FINAL			

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
SEÇÕES JUDICIÁRIAS - ANEXO II - TABELA 1

VIII Foro Regional de Fazenda Rio Grande		FINAL			
X Foro Regional de Pinhais		FINAL			
XI Foro Regional de Piraquara		FINAL			
XII Foro Regional de Rio Branco do Sul		FINAL			
XIII Foro Regional de São José dos Pinhais		FINAL			
	TOTAL		0	51	51

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
SEÇÕES JUDICIÁRIAS - ANEXO II - TABELA 2

SEÇÕES JUDICIÁRIA	COMARCA SEDE	COMARCA/ VARA	ENTRÂNCIA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
21 ^a	BANDEIRANTES	BANDEIRANTES	INTERM	1		1
		Santa Mariana	INICIAL			0
53 ^a	LAPA	LAPA	INTERM	1		1
		São Mateus do Sul	INTERM			0
		Rio Negro	INTERM			0
		São João do Triunfo	INICIAL			0
		Cerro Azul	INICIAL			0
54 ^a	ANDIRÁ	ANDIRÁ	INTERM	1		1
		Cambará	INICIAL			0
		TOTAL		3	0	3

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ANEXO III - TABELA 1

Nº	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	Nº	SEDE/SERVIÇO DISTRITAL MUNICÍPIO	Nº	SERVIÇO DISTRITAL NÃO MUNICÍPIO
	COMARCA/FORO				
1	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba				
	I Foro Central de Curitiba	1	Curitiba	1	Cajuru
				2	Portão
				3	Santa Felicidade

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - COMARCA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA - ANEXO III - TABELA 1

			4	Santa Quitéria	
			5	São Casemiro Taboão	
			6	Tatuquara	
			7	Umbará	
			8	Uberaba	
			9	Boqueirão	
			10	Campo Comprido	
			11	Mercês	
			12	Pinheirinho	
			13	Bacacheri	
			14	Barreirinha	
			15	Novo Mundo	
II Foro Regional de Almirante Tamandaré	2	Almirante Tamandaré	16	Tranqueira	
	3	Campo Magro			
III Foro Regional de Araucária	4	Araucária			
IV Foro Regional de Bocaiúva do Sul	5	Bocaiúva do Sul			
	6	Adrianópolis			
	7	Tunas do Paraná	17	Marquês de Abrantes	
V Foro Regional de Campina Grande do Sul	8	Campina Grande do Sul	18	Paiol de Baixo	
	9	Quatro Barras	19	Borda do Campo	
			20	Jardim Paulista	
VI Foro Regional de Campo Largo	10	Campo Largo	21	Três Córregos	
			22	Ferraria	
			23	Bateias	
	11	Balsa Nova	24	São Luiz do Purunã	
VII Foro Regional de Colombo	12	Colombo	25	Guaraituba	
			26	Roça Grande	
VIII Foro Regional de Fazenda Rio Grande	13	Fazenda Rio Grande			
	14	Mandirituba	27	Areia Branca dos Assis	
	15	Agudos do Sul			
IX Foroo Regional de Pinhais	16	Pinhais			

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - COMARCA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA - ANEXO III - TABELA 1

	X Foro Regional de Piraquara	17	Piraquara		
	XI Foro Regional de Rio Branco do Sul	18	Rio Branco do Sul		
		19	Itaperuçu		
	XII Foro Regional de São José dos Pinhais	20	São José dos Pinhais	28	Cachoeira de São José
				29	Campo Largo da Roseira
				30	Colônia Murici
				31	Borda do Campo de São Sebastião
				32	São Marcos
		21	Tijucas do Sul		

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXOS III -
TABELA 2

Nº	COMARCA	Nº	Sede/Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
68	Lapa	210	Lapa	100	Água Azul
		211	Contenda	101	Catanduva do Sul

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRA-JUDICIAL POR COMARCA
ANEXO IV

ANDIRÁ - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

Juizado Especial Cível e Criminal.

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

FORO EXTRAJUDICIAL

Tabelionato de notas, acumulando precariamente o Tabelionato de protesto de títulos

Serviço de registro de imóveis.

Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando precariamente o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

SERVIÇO DISTRITAL

Serviço distrital de Barra do Jacaré.

Serviço distrital de Itambaracá.

ASTORGA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

Juizado Especial Cível e Criminal.

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

FORO EXTRAJUDICIAL

Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos.

1º Serviço de registro de imóveis, acumulando, precariamente, o Serviço de registro civil das pessoas naturais e o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

2º Serviço de registro de imóveis.

SERVIÇO DISTRITAL

Serviço distrital de Flórida

Serviço distrital de Santa Fé

Serviço distrital de Munhoz de Mello

Serviço distrital de Iguaraçu

Serviço distrital de Ângulo

Serviço distrital de Içara

Serviço distrital de Tupinambá.

CHOPINZINHO - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

Juizado Especial Cível e Criminal.

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

FORO EXTRAJUDICIAL

Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos.

Serviço de registro de imóveis, acumulando, precariamente, o Serviço de registro civil das pessoas naturais e o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

SERVIÇO DISTRITAL

Serviço distrital de Sulina

Serviço distrital de São João

Serviço distrital de Saudade do Iguaçu

Serviço distrital de Vila Paraíso. (1)

LAPA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

Juizado Especial Cível e Criminal.

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

FORO EXTRAJUDICIAL

Tabelionato de notas, acumulando precariamente o Tabelionato de protesto de títulos.

Serviço de registro de imóveis

Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando precariamente o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

SERVIÇO DISTRITAL

Serviço distrital de Contenda

Serviço distrital de Água Azul

Serviço distrital de Catanduva do Sul

SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

Juizado Especial Cível e Criminal.

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

FORO EXTRAJUDICIAL

Tabelionato de notas

Tabelionato de protesto de títulos

Serviço de registro de imóveis

Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

SERVIÇO DISTRITAL

Serviço distrital de Pranchita

Serviço distrital de Pinhal de São Bento

Serviço distrital de São Pedro do Florido.

(1) Serventia para extinguir na vacância.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
MAGISTRATURA ESTADUAL - ANEXO V

COMARCA/ FORO	ENTRÂN- CIA	Desembargador	Juiz do Tribunal de Alçada	Juiz de Direito Substitui- to em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substi- tuto	Juiz Substituto	Total
Andirá	Interm.				2			1	3
Astorga	Interm.				2				2
Chopinzinho	Interm.				2				2
Lapa	Interm.				2	1		1	4

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
MAGISTRATURA ESTADUAL - ANEXO V

COMARCA/ FORO	ENTRÂN- CIA	Desembargador	Juiz do Tribunal de Alçada	Juiz de Direito Substitu- to em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substi- tuto	Juiz Substituto	Total
Sto. Antonio do Sudoeste	Interm.				2				2

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
CARGOS DO FORO JUDICIAL - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
ANEXO VI - TABELA 3

COMARCAS	Escrivania Cível (*)	Escrivania Criminal	Escrivania de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial	Escrivania da Infância e da Juventude	Oficial de Justiça	Aux. de Cartório Criminal
Andirá	1	1			4	1
Astorga	1	1			4	1
Chopinzinho	1	1			4	1
Lapa	1	1			4	1
Sto. Antonio do Sudoeste	1	1			4	1

COMARCAS	Auxiliar de Cartório da Infância e da Juventude	Comiss. de Vigilância da Infância e da Juventude	Auxiliar Administra- tivo Criminal	Auxiliar Administra- tivo da Infân- cia e da Juventude	Ofício de Distri- buidor, Conta- dor, Partidor, Avaliador Judi- cial e Depositário Público (*)	Agente de Limpeza	Total
Andirá			2		1	1	11
Astorga			2		1	1	11
Chopinzinho			2		1	1	11
Lapa			2		1	1	11
Sto. Antonio do Sudoeste			2		1	1	11

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - ANEXO VII

COMARCAS	Juiz de Direito do Juizado Especial Cível	Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal	Juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal	Secretário do Juizado Especial Cível	Secretário do Juizado Especial Criminal
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA					
Chopinzinho			1		
Lapa					

COMARCAS	Secretário do Juizado Especial Cível e Criminal	Oficial de Justiça do Juizado Especial Cível	Oficial de Justiça do Juizado Especial Criminal	Oficial de Justiça do Juizado Especial Cível e Criminal	Auxiliar de Cartório do Juizado Especial Cível
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA					
Chopinzinho					
Lapa	1			1	

COMARCAS	Auxiliar de Cartório do Juizado Especial Criminal	Auxiliar Administrativo do Juizado Especial Cível e Criminal	Contador e Avaliador	Secretário de Turmas Recursais	Secretário do Conselho de Supervisão	Total
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA						
Chopinzinho		2				2
Lapa		4				7

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCAS	Desembargador	Juiz do Tribunal de Alçada	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA								
Andirá				1				1
Astorga				1				1
Chopinzinho				1				1
Lapa								
Santo Antonio do Sudoeste				1				1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA - TABELA 4

COMARCAS	Escrivania Cível (*)	Escrivania Criminal	Escrivania de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial	Escrivania da Infância e da Juventude	Oficial de Justiça	Auxiliar de Cartório Criminal
Andirá					2	
Astorga					2	
Chopinzinho					2	
Lapa					2	
Sto. Antonio do Sudoeste					2	

COMARCAS	Aux. de Cart. da Infância e da Juvent.	Comiss. de Vigilância da Infância e da Juvent.	Aux. Admin-istr. Criminal	Auxiliar Administr. da Infância e da Juvent.	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador Judicial e Depositário Público (*)	Agente de Limpeza	Total
Andirá							2
Astorga							2
Chopinzinho			1				3
Lapa							2
Sto. Antonio do Sudoeste							2

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INICIAL - TABELA 5

COMARCA	Escrivania Cível (*)	Escrivania Criminal	Auxiliar de Cartório Criminal	Oficial de Justiça	Auxiliar Administr. Criminal	Agente de Limpeza	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador Judicial e Depositário Público (*)	Total
Alto Paraná					1			1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INICIAL - TABELA 5

Alto Piquiri					1			1
Altônia					1			1
Andirá	Comarca elevada a entrância Intermediária							0
Antonina					1			1
Arapoti					1	1		2
Barbosa Ferraz					1			1
Barracão					1			1
Bocaiúva do Sul	Transferida para Comarca da Região Metropolitana de Curitiba							
Cambará					1			1
Campina da Lagoa					1			1
Campina Grande do Sul	Transferida para Comarca da Região Metropolitana de Curitiba							
Cândido de Abreu					1			1
Cantagalo					1			1
Capitão Leônidas Marques					1			1
Carlópolis					1			1
Catanduvas					1			1
Centenário do Sul					1			1
Cerro Azul					1			1
Chopinzinho	Comarca elevada a entrância intermediária							0
Cidade Gaúcha					1			1
Clevelândia					1			1
Congonhinhas					1			1
Conbélia					1			1
Coronel Vivida					1			1
Curiúva					1			1
Engenheiro Beltrão					1			1
Faxinal					1			1
Fazenda Rio Grande	Transferida para Comarca da Região Meteropolitana de Curitiba							
Formosa do Oeste					1			1
Grandes Rios				- 1 (A)	1			0
Guaraniaçu					1			1
Guaratuba	Comarca elevada a entrância intermediária							0
Icaraíma					1	1		2
Imbituva					1			1
Ipiranga					1			1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INICIAL - TABELA 5

Iporã					1			1
Iretama					1			1
Jaguapitã					1			1
Jaguariaíva				-1 (A)	1			1
Jandaia do Sul					1			1
Joaquim Távora					1			1
Mallet					1			1
Mamborê					1			1
Mandaguaçu					1			1
Mandaguan					1			1
Mangueirinha					1	1		2
Manoel Ribas					1			1
Marilândia do Sul					1			1
Matelândia					1			1
Matinhos	Comarca elevada a entrância intermediária							0
Morretes					1			1
Nova Fátima								1
Nova Londrina					1			1
Ortigueira					1	1		2
Palmeira					1			1
Palmital					1			1
Paraíso do Norte					1			1
Paranacity					1			1
Pérola					1			1
Pinhão					1			1
Piraí do Sul					1			1
Primeiro de Maio					1			1
Prudentópolis					1			1
Quedas do Iguaçu					1			1
Realeza					1			1
Rebouças					1			1
Reserva					1			1
Ribeirão Claro					1			1
Ribeirão do Pinhal					1			1
Salto do Lontra					1			1
Santa Helena					1			1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INICIAL - TABELA 5

Santa Izabel do Ivaí					1			1
Santa Mariana					1			1
São Jerônimo da Serra					1			1
São João do Ivaí					1			1
São João do Triunfo					1			1
São Mateus do Sul	Comarca elevada a entrância intermediária							0
São Miguel do Iguaçu					1			1
Sarandi	Comarca elevada a entrância intermediária							0
Sengés					1			1
Sertãoópolis				-1 (A)	1			0
Siqueira Campos					1			1
Teixeira Soares					1			1
Terra Boa					1	1		2
Terra Rica					1			1
Terra Roxa					1			1
Tibagi					1			1
Tomazina					1			1
Ubiratã					1			1
Uraí					1			1
Xambrê				1	1			2
Total Geral	0	0	1	-3	83	5	0	86

(*) Cargos não remunerados pelos Cofres Públicos

(A) Cargos de Oficial de Justiça, transformados pela Lei Estadual nº 11.719/97 que serão extintos na vigência desta Lei.

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Atendendo às exigências previstas nos artigos 16 e 17 e parágrafos da Lei Complementar 101/2000, o impacto orçamentário-financeiro dos gastos decorrentes da criação dos cargos do presente anteprojeto de lei, fica demonstrado conforme anexo.

A criação de cargos que se propõe, está prevista na proposta orçamentária para o exercício financeiro 2004.

O limite para despesa de pessoal estabelecido no artigo 20, inciso II, letra b da referida lei complementar, definido em 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário, não será desrespeitado, visto que a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício financeiro 2004 demonstra que o cálculo do referido percentual excede até a dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Seguem os demonstrativos.

**LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Administração Financeira do Estado

CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA GLOBAL 2004

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$1,00
RECEITA CORRENTE BRUTA DO TESOURO	12.440.312.000
(-) DEDUÇÕES	3.240.532.000
Transferências Constitucionais Legais	2.132.813.000
Contribuição ao Plano Seg. Social do Servidor	86.914.000
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	1.014.044.000
Prestação de Serviço Intragovernamental	521.000
Rec. Ind. e Editor e Gráfica Intragovernamental	6.240.000
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA GLOBAL	9.199.780.000
6% = R\$551.986.800,00	
Dotação do Poder Judiciário na Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2004 = R\$493.704.130,00	

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DECLARAÇÃO**

do anteprojeto anexo, estão contempladas na lei orçamentária do exercício financeiro de 2004 e no Plano Plurianual 2004/2007.

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes

Curitiba, 03.08.2004.
(a) Des. OTO LUIZ SPONHOLZ
Presidente

**CUSTO DA CRIAÇÃO DE CARGOS DO FORO JUDICIAL
ELEVÇÃO DA COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL PARA ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
CRIAÇÃO DE VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA
CHOPINZINHO**

CARGO	QTDE.	VALOR P/ CARGO	CUSTO MENSAL	RISCO DE VIDA	%	TERÇO FÉRIAS	Nº MESES	CUSTO ANUAL
Juiz de Direito - # -	1	988,60	988,60	0,00	66,66%	659,00	13	13.510,80
Escrivão do Cível - # -	1	396,47	396,47	0,00	33,33%	132,14	13	5.286,25
Oficial de Justiça - # -	2	94,67	189,34	63,11	33,33%	84,14	13	3.365,95
Auxiliar de Cartório - #-	1	108,60	108,60	36,20	33,33%	48,26	13	1.930,61
Ofício Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público - #	1	48,84	48,84	16,28	33,33%	21,70	13	868,24
Agente de Limpeza - # -	1	77,33	77,33	25,77	33,33%	34,36	13	1.374,72
TOTAL DIFERENÇA	7	0,00	1.809,18	141,36	-	979,61	13	26.336,58

CUSTO DA CRIAÇÃO DE CARGOS DO FORO JUDICIAL
ELEVAÇÃO DA COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL PARA ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
CRIAÇÃO DE VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA
CHOPINZINHO

CARGO	QTDE.	VALOR P/ CARGO	CUSTO MENSAL	RISCO DE VIDA	%	TERÇO FÉRIAS	Nº MESES	CUSTO ANUAL
CRIAÇÃO DE CARGOS								
Juiz de Direito	1	9.885,94	9.885,94	0,00	66,66%	6.589,97	13	135.107,19
Oficial de Justiça	2	1.510,36	3.020,72	1.006,81	33,33%	1.342,37	13	53.700,21
Auxiliar Admin. Crimi- nal	1	762,03	762,03	0,00	33,33%	253,98	13	10.160,37
TOTAL CARGOS CRIADOS	4	0,00	13.668,69	1.006,81	-	8.186,33	13	198.967,77
TOTAL GERAL	225.304,35							

CUSTO DA CRIAÇÃO DE CARGOS DO FORO JUDICIAL
ELEVAÇÃO DA COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL PARA ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
ANDIRÁ

CARGO	QTDE.	VALOR P/ CARGO	CUSTO MENSAL	RISCO DE VIDA	%	TERÇO FÉRIAS	Nº MESES	CUSTO ANUAL
Juiz de Direito - # -	1	978,81	978,81	0,00	66,66%	652,47	13	13.377,00
Escrivão do Cível - # -	1	396,47	396,47	0,00	33,33%	132,14	13	5.286,25
Oficial de Justiça - # -	2	94,67	189,34	63,11	33,33%	84,14	13	3.365,95
Auxiliar de Cartório - # -	1	108,60	108,60	36,20	33,33%	48,26	13	1.930,61
Auxiliar Administr. - # -	1	15,15	15,15	0,00	33,33%	5,05	13	202,00
Agente de Limpeza - # -	1	77,33	77,33	25,77	33,33%	34,36	13	1.374,72
TOTAL DIFERENÇA	7	0,00	1.765,70	125,08	-	956,43	13	25.536,54
CRIAÇÃO DE CARGOS								
Juiz de Direito	1	9.788,08	9.788,08	0,00	66,66%	6.524,73	13	133.769,77
Escrivão do Cível	1	2.233,69	2.233,69	0,00	33,33%	744,49	13	29.782,46
Oficial de Justiça	2	1.510,36	3.020,72	1.006,81	33,33%	1.342,37	13	53.700,21
Auxiliar de Cartório								
Cível	1	1.327,39	1.327,39	442,42	33,33%	589,88	13	23.597,40
Auxiliar Admin. Cível	2	762,03	1.524,06	0,00	33,33%	507,97	13	20.320,75
TOTAL CRIAÇÃO CODJ	7	0,00	17.893,94	1.449,23	-	9.709,44	13	261.170,59
TOTAL GERAL	286.707,13							

CUSTO DA CRIAÇÃO DE VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
ASTORGA

CARGO	QTDE.	VALOR P/ CARGO	CUSTO MENSAL	RISCO DE VIDA	%	TERÇO FÉRIAS	Nº MESES	CUSTO ANUAL
Juiz de Direito	1	9.885,94	9.885,94	0,00	66,66%	6.589,97	13	135.107,19
Oficial de Justiça	2	1.510,36	3.020,72	1.006,81	33,33%	1.342,37	13	53.700,21
SUBTOTAL	3	0,00	12.906,66	1.006,81	33,33%	7.932,34	13	188.807,40
TOTAL GERAL	188.807,40							

CUSTO DA CRIAÇÃO DE VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

CARGO	QTDE.	VALOR P/ CARGO	CUSTO MENSAL	RISCO DE VIDA	%	TERÇO FÉRIAS	Nº MESES	CUSTO ANUAL
Juiz de Direito	1	9.788,05	9.788,05	0,00	66,66%	6.524,71	13	133.769,36
Oficial de Justiça	2	1.510,36	3.020,72	1.006,81	33,33%	1.342,37	13	53.700,21
SUBTOTAL	3	0,00	12.808,77	1.006,81	33,33%	7.867,09	13	187.469,58
TOTAL GERAL	187.469,58							

CUSTO DA CRIAÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
LAPA

CARGO	QTDE.	VALOR P/ CARGO	CUSTO MENSAL	RISCO DE VIDA	%	TERÇO FÉRIAS	Nº MESES	CUSTO ANUAL
Oficial de Justiça	2	1.510,36	3.020,72	1.006,81	33,33%	1.342,37	13	53.700,21
SUBTOTAL	2	0,00	3.020,72	1.006,81	33,33%	1.342,37	13	53.700,21
TOTAL GERAL	53.700,21							

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Abrigo-Lar da Infância de Jacarezinho, com sede e foro no Município de Jacarezinho. COM

PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/2004, autor-

iza o Poder Executivo doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Sabáudia, imóvel situado na localidade denominada Patrimônio Sabáudia, no Município do mesmo nome. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/2004, de autoria do Deputado Luciano Ducci, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite de São Carlos do Ivaí, com sede no Município de São Carlos do Ivaí e foro no Município de Paraíso do Norte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/2004, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Amor e Perseverança, com sede e foro no Município e Comarca de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui o Programa de Rastreamento do Câncer Colo-retal no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a ceder uso de imóvel ao Município de Formosa do Oeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que declara e reconhece como sendo de Utilidade Pública Estadual a Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/2004, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública o Instituto para Otimização da Aprendizagem - INODAP, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Util-

idade Pública a Associação de Moradores da Vila Rio Negro e Bairro, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Programa de Voluntariado Paranaense PROVOPAR Quitandinha, com sede no Município de Quitandinha e foro no Município de Rio Negro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no Município de Cafeara e foro no Município de Centenário do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que fica declarada de Utilidade Pública a Associação Centro-Oeste do Paraná de Estudos e Combate ao Câncer - ACOPECC, com sede e foro no Município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/2004, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo construir, por intermédio da COPEL ou subsidiária desta, sociedade com a ELETROSUL. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CF. (Publ. no DA nº 094/2004, de 03/11/2004 - Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 382/2004

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 028/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta autorizar o Poder Executivo, nos termos desta lei, a construir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, ou subsidiária integral desta, sociedade com a ELETROSUL Centrais Elétricas SA - ELETROSUL.

Na justificativa o autor diz que o aumento do consumo de energia criado pela política de desenvolvimento atual impõe ao Governo Estadual a responsabilidade de proceder a ações que possibilitem atender à implantação

de infra-estrutura, com vistas a obter elevada margem de segurança, confiabilidade, conforto e bem-estar para os paranaenses.

Nesse contexto, em função da necessidade de interligação das linhas de transmissão da rede básica visando ao transporte de energia produzida pelas usinas do Rio Iguaçu, as linhas de transmissão no Estado proporcionando um novo caminho para os fluxos de energia. Propõe-se, assim, a participação da COPEL nos empreendimentos requeridos, com vistas a melhoras significativas, pelas quais serão evitados cortes de energia programados e indisponibilidades acidentais, por meio das novas linhas de transmissão, beneficiando o consumidor paranaense em termos de qualidade e custo de energia.

Desta forma, a participação da COPEL possibilitará o bom desempenho das obrigações derivadas do contrato de concessão, uma vez que a Companhia dispõe dos recursos e habilidades suficientes para cumprir os misteres resultantes da concessão, sem descuidar do interesse público inerente.

Fundamentação

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(a) HERMES FONSECA
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 382/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Executivo Estadual, objetiva autorizar o Poder Executivo a construir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, ou subsidiária integral desta, sociedade com a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nenhum obstáculo quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 382/2004, porém com a inclusão de Emenda Substitutiva Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 382/2004

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a constituir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, ou subsidiária integral desta, sociedade com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL.

§ 1º - A referida empresa é objeto do Consórcio Gralha Azul, formado entre as empresas definidas no *caput*, tendo vencido a licitação ANEEL nº 001/2004.

§ 2º - O objeto social da sociedade ficará restrito ao propósito específico de outorga da concessão para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a operação e a manutenção das instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, para as instalações de transmissão Lote C - LT Cascavel Oeste - Foz do Iguaçu Norte - 230 kV.

§ 3º - Com a autorização constante do *caput* deste artigo, constituir-se-á sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná.

§ 4º - A Companhia Paranaense de Energia - COPEL, ou subsidiária integral desta, participará com no mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante.

§ 5º - A sociedade será administrada na forma de seu Estatuto Social, que disporá sobre a composição, organização, atribuições, competência e funcionamento dos órgãos de sua administração executiva, bem como dos acordos de acionistas.

§ 6º - Fica a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, ou subsidiária integral desta, autorizada a alocar à sociedade, na forma da lei, os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho do objeto social desta.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

Apoio: Waldir Leite.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Estaremos votando, nesta Sessão, só a constitucionalidade do projeto.

Em discussão. Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Há um requerimento sobre a mesa pedindo o adiamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 1797, de autoria do Deputado Durval Amaral, com apoio dos Deputados Luiz Carlos Martins e Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. Em votação.

O SR. NATÁLIO STICA (Para Encaminhar)

Quero pedir à Bancada de apoio ao Governo do Estado para votar contra a retirada por 10 Sessões do Projeto 382, pedindo a votação contra.

O SR. NEIVO BERALDIN (Para Encaminhar)

Eu, ao contrário, faço a solicitação aos Srs. Deputados que querem o bem da COPEL e do povo do Paraná que votem a favor da retirada por 10 Sessões desse projeto.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, essa mensagem chegou recentemente à Assembléia Legislativa.

O leilão na ANEEL com relação a esse Consórcio Artemis foi realizado no ano de 2003, portanto há mais de 1 ano. O Governo teve o ano inteiro para poder elaborar a mensagem e encaminhar à Assembléia Legislativa, que teria todas as condições de discutir com a cautela que é devida ao Parlamento, essa matéria.

Não é correto, o Governo teve um ano ou mais para elaborar a sua mensagem, encaminha no afogadilho, quase que ao final do período legislativo, e vamos votar de uma maneira atropelada! Os erros são muitos! A Comissão de Finanças e a própria Liderança do Governo já os repararam ou já os amenizaram um pouco, mas é lamentável que na exposição de motivos o Governo fale em 80% do controle acionário da concessão da Gralha Azul e na mensagem o projeto prevê 51%! São tantos os erros e tantos os equívocos típicos daqueles de que têm pressa para fazer um grande negócio! Não podemos aceitar essa pressa! Queremos o adiamento por 10 Sessões, porque estamos entrando também com dois requerimentos nesta tarde.

(Lê):

“REQUERIMENTO

Sr. Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, seja encaminhado convite ao Diretor-Superintendente da COPEL S/A, ou Diretor-Técnico responsável pelos consórcios objeto da Mensagem 028/2004 - Projeto de

Lei nº 38/2004, para que no dia 16 de novembro próximo, às 14h30, compareça a esta Casa de Leis e, ocupando a tribuna no Grande Expediente da Sessão Plenária, preste esclarecimentos aos Parlamentares quanto à proposta de lei referida de autoria do Chefe do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.”

Ouvir na Assembléia Legislativa alguém que tenha tratado, feito as tratativas e acompanhado os leilões da ANEEL é, no mínimo, uma política de bastante prudência. E é neste momento ser previdente, porque estamos votando uma matéria tão significativa.

Paralelo a isso, estamos propondo também um Pedido de Informação. As questões são públicas e não podem nos ser sonegadas; as informações devem ser transparentes, até porque esse é o Governo da transparência. Não podemos votar uma matéria que contradiz todo o discurso do Governo atual sem discuti-la à exaustão. E algumas informações são necessárias:

(Lê):

“Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, sejam fornecidas cópias de documentos e prestadas informações ao Poder Legislativo, relativas à Mensagem nº 028/94 - Projeto de Lei nº 382/2004, conforme segue:

1. cópias dos contratos entre a COPEL e ELETROSUL com a ANEEL, resultantes dos processos licitatórios 001/2003 e 001/2004;

2. cópias dos contratos de formação dos consórcios Gralha Azul, Artemis e Uirapuru.”

Vejam, não obstante, temos aqui na Casa, uma lei aprovada, no ano passado, que proibia a participação minoritária da COPEL. A direção da COPEL - eu não quero aqui acusar ninguém - à revelia que nós aprovamos, vai, pactua um consórcio sendo minoritário. Nós estamos brincando de legislar? Não é possível esse desrespeito, que a COPEL, sobre a égide de uma lei aprovada na Assembléia Legislativa, tenha desrespeito com a Assembléia Legislativa de firmar um consórcio sendo minoritário.

A lei é pública, foi aprovada pela Assembléia legislativa e publicado no Diário Oficial da Assembléia, e sancionada pelo Governador. Mas, mesmo assim, a COPEL firma parcerias, estabelece consórcio, sendo acionista minoritário! Nós não podemos aceitar Deputado Stica!

3. Qual o valor das ações e o total correspondente ao percentual de participação da COPEL em cada um dos consórcios? Gralha Azul 80%, Artemis 31,66% Uirapuru 5%.

Mesmo com o bom senso da Liderança do Governo e da Comissão de Finanças de extirpar da Mensagem do Governo, essa parceria com a Uirapuru deve, sim ser objeto de investigação pela Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa. Por quê? Porque é um flagrante desrespeito à lei, que estabelece que nós não podemos ter parcerias minoritárias na COPEL! Se algum

diretor firmou parcerias, consórcios, contratos com a iniciativa privada, em desrespeito à Assembléia Legislativa, o nome deve vir a público para que ele seja responsabilizado! E não é extirpando isso da Mensagem do Governo que nós vamos também extirpar a responsabilidade desses que propuseram ou que tinham a intenção de fazer algum negócio, que não fosse do interesse da sociedade paranaense!

4. Foi procedida a licitação para a escolha da empresa responsável pela construção, operação e manutenção das instalações para a transmissão da energia elétrica objeto dos referidos consórcios?

Nós temos direito de saber se a empresa que vai construir já foi contratada. Se foi, através de licitação? Se não, será através de licitação, quais serão os critérios para a contratação dessa empresa.

Sr. Presidente, acho que essas informações, antes de voltarmos à constitucionalidade, não obstante aos argumentos fortes da Situação, de que a Constitucionalidade é apenas sobre a legalidade, aí eu tenho que argumentar mais uma vez: constitucional pode até ser, porque uma Mensagem pode quase tudo. Mais, a legalidade, olha lá! Nós estamos revogando uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa sem fazer menção expressa a essa revogação! Isso não pode! Vamos criar uma lacuna jurídica!

Isso tinha que ser específico: Revogam-se os artigos tais, tais e tais da lei, que efetivamente estabeleceu que a COPEL só poderia ter parceria com a iniciativa privada, desde que ela tivesse o controle acionário. No caso aqui a COPEL não terá o controle acionário, quando ela participar com apenas 30%.

Digo e reitero: “Alhos com bugalhos” não dá!

Por quê?

Mesmo que a ELETROSUL, COPEL e outras empresas mais venham a participar, ela se rege pelo direito privado, portanto, a personalidade jurídica será privada, e o controle acionário de mais de 50%, obviamente teria que ser da COPEL, razão pela qual encareço aos Deputados da Situação e da Oposição, aos Deputados independentes e sobretudo aos Deputados que foram membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da COPEL, para que votem favoravelmente ao nosso requerimento, suspendendo por dez Sessões, para que possamos discutir, investigar e detalhar melhor esta Mensagem do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente e agradeço a todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, evidentemente que a COPEL é uma instituição muito cara para todos nós, até pelo envolvimento, pela luta, e em passado recente teve esta Casa e a

sociedade paranaense na sua defesa, na sua manutenção enquanto empresa pública, enquanto empresa que pudesse estar sob a batuta do interesse coletivo.

Entretanto, as colocações que o Deputado Durval Amaral faz aqui, eu, como membro da Base do Governo, entendo que boa parte delas deve ser esclarecida, sim. Não se pode votar um projeto da profundidade da COPEL sem que tenhamos as informações necessárias para esse encaminhamento. Por outro lado, no dia desses vence o prazo. Entendo que nós deveríamos votar a constitucionalidade hoje, enquanto não fosse sanado. Eu assumo o compromisso de votar hoje, só que precisa ter as informações para que a Casa possa fazer o exercício do seu papel e do seu compromisso, mediante informações. Só mediante informações, só mediante o que for trazido a nós e a esta Casa, efetivamente poderemos dar um voto com serenidade.

Eu voto hoje pela constitucionalidade. Entretanto, no mérito, me reservo o direito de conhecer as informações de contratos, de parcerias, porque, caso contrário, a luta que fizemos não foi para ser em vão, foi para que a COPEL pudesse participar, e na sua participação tivesse a maioria, enquanto empresa pública.

Espero que o Líder do Governo, Deputado Stica possa trazer amanhã estas informações e nós possamos votar com tranquilidade, mas também com compromisso de que estamos fazendo aqui o papel dos Deputados que defenderam a COPEL.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, a Sra. Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREA

Sr. Presidente, da mesma forma, eu estava conversando com o Deputado Durval Amaral. Acho que hoje nós vamos votar a constitucionalidade e também acho que precisamos das informações aqui colocadas e após os esclarecimentos solicitados e pelo Líder do Governo dizendo que trará esses esclarecimentos, nós poderemos votar, mas hoje, com calma porque hoje é só a constitucionalidade. Não tem uma Comissão Permanente nesta Casa, de Justiça e Redação, que não poderia deixar vir para o Plenário nada que constasse ilegalidade ou inconstitucionalidade; subentende-se que deixamos passar inconstitucionalidade na Comissão de Justiça.

Eu não acredito.

Então, hoje eu encaminharia, como já foi pedido pelo Líder do Governo, que fizéssemos um acordo, tranquilamente, votássemos hoje e que depois, essas informações fossem encaminhadas dentro da maior brevidade, mas retirar por dez Sessões, eu acho que não haveria necessidade. Poderíamos retirar por uma ou duas, mas não por dez sessões. Por dez, nós vamos prejudicar o povo do Paraná, porque o prazo vai ser estourado para as negociações que estão sendo procedidas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para uma Questão de Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece-me que estamos fazendo uma polêmica desnecessária, porque o que o Governador pede é autorização para a COPEL se consorciar para fazer linhas de transmissão entre Cascavel e Foz do Iguaçu, entre Cascavel, Ivaiporã e Salto Santiago, entre Ivaiporã e Londrina; não vejo por que tenha que se obrigar a COPEL a fazer um investimento majoritário no linhão de transmissão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre Deputado, existe uma lei que foi aprovada por esta Casa, que determina que a COPEL para participar de qualquer Consórcio, tem que ser majoritária. Por isso é que nós estamos exigindo.

Então, revoga-se a lei!

O SR. RAFAEL GRECA

Eu não fazia parte da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fazia! Foi votado no ano passado!

O SR. RAFAEL GRECA

Mas no meu ponto de vista é uma postura errônea, porque, se estamos pedindo um investimento de 5% para que o linhão exista, por que vamos exigir um investimento de 80%, 60% ou de 55%?

A COPEL sempre tem que ser dona de todos os linhões, é esse o espírito da lei?

O Sr. Neivo Beraldin

É altamente rentável! Em dois anos, paga o linhão!

O SR. RAFAEL GRECA

É altamente rentável o uso do linhão? Mas também se a COPEL não puser dinheiro seu para erguer o linhão e o linhão sair por obra da ELETROSUL, é burro tirar dinheiro do Paraná quando podíamos tirar dinheiro da ELETROSUL!

Não entra na minha cabeça!

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Estão desviando o foco do debate. Amanhã conversarei com o Deputado Stica. As 11h00 a Comissão de Fiscalização fará uma reunião no Plenarinho da Assembléia, onde o Deputado Stica se compromete a trazer os diretores da COPEL.

V. Exa. simplesmente retira da Ordem do Dia de hoje e amanhã, após a reunião das 11h00, da Comissão de Fiscalização, segue a discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Existe um requerimento já colocado na Mesa solicitando a retirada por 10 sessões. Eu não tenho o documento oficial aqui.

O SR. NEIVO BERARDIN

Solicito ao Deputado Durval Amaral se ele aceita retirar por uma Sessão, então, o Requerimento de 10.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o acordo que a Liderança faz e aí tem que consultar V. Exa. na Sessão de hoje, Extraordinária, porque é votar em primeira discussão hoje, aí se V. Exa. concordar em não entrar na Sessão Extraordinária de hoje, nós deixaríamos fora e entraria amanhã na Sessão normal, após a reunião nossa com a presença da direção da COPEL às 11h00.

Sanadas as dúvidas, votaria, aí sim, amanhã, às 14h30 da tarde, e evidentemente numa extraordinária amanhã. Esse é o acordo que a Liderança está propondo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se houver um entendimento de V. Exa. com o Líder da Oposição, não há qualquer dificuldade para retirarmos da segunda Sessão.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Só gostaria de dizer ao Líder do Governo, que algumas das solicitações que estão sendo feitas são possíveis de serem respondidas. Sou favorável ao pedido de informações, acho que tem que ser encaminhado. Sou favorável que venham amanhã diretores da COPEL, técnicos da COPEL. Agora, nós sabemos que se houver um prazo longo de espera para que seja votado esse processo, o Consórcio perde a condição de exercer o direito que teve no leilão, porque foi dado o sinal, e se isso não for feito até o dia 16, perderemos.

Então, acho que só tem que se saber exatamente o que se quer fazer, porque, se for para discutirmos e saber-mos exatamente o que está acontecendo, boa parte dessa indagações já estão respondidas.

Acho que amanhã os diretores até já vêm com o Pedido de Informação nas mãos, para poder responder às outras. Principalmente, quem são os sócios da Santa Rita e os sócios da empresa espanhola.

Fora disto, só temos que tomar o cuidado para que não acabemos fazendo um processo onde vamos atrasar de tal forma que inviabiliza dois consórcios, porque o terceiro, que é o Uirapuru, já está descartado completamente. Não há como o Consórcio Uirapuru ser levado à frente, porque tem 5% da COPEL e um acordo para que seja retirado. Mas, se não estiver certo, infelizmente, a lei proíbe. Os 5% estando fora e os outros dois, tanto aquele dos 36%, que podem ser permutados, como o que a COPEL é majoritária, é tranqüilo.

Acho bom que venham os diretores da COPEL para nos dizerem que é Santa Rita, lá de perto de Florianópolis. Fora isso, o resto me parece que está bastante esclarecido para que possamos votar.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Nós estamos selando um entendimento com o Líder do Governo e outros Parlamentares que estão propiciando este entendimento, de votarmos hoje a constitucionalidade. A Oposição, publicamente, já está dizendo que vai votar contra, porque não nos sentimos confortáveis, mesmo com os avanços que por certo advirão destas negociações pela constitucionalidade.

Amanhã, na Comissão de Fiscalização, nós vamos ouvir às 10 horas, uma audiência pública onde vamos tentar discutir à exaustão este projeto. Dependendo dos resultados que forem colhidos desta reunião, nós poderemos apresentar, amanhã um pedido de adiamento da votação, inclusive, acordo com o Líder do Governo.

Se, entretanto, estivermos todos satisfeitos com as informações, nós nos comprometemos também em votar amanhã, mesmo que amanhã surjam, certamente, outras emendas a este Projeto.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Durval, consulto, se V. Exa. retira o Requerimento. Está retirando? Então, não tem mais encaminhamento, porque foi retirado o requerimento.

Em discussão, agora, o projeto.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

É importante.

Bem rapidamente, porque honro meu compromisso assumido e gostaria que o Deputado Durval escutasse, porque não tenho o compromisso de não votar, amanhã, se não tiver o entendimento de todos, porque pode ser que algum Deputado, resolva não ter nenhum entendimento e aí fica ruim para mim.

Então, nós conversaremos amanhã, para chegarmos a um entendimento. Os documentos virão, a COPEL vai estar aqui, às 10h00 da manhã, para confirmar.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Só deixando claro, é exatamente isto: não há um compromisso de não votar amanhã, nem por parte da Situação nem por parte da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O entendimento é hoje.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Só gostaria de deixar registrada minha colocação, já que havia solicitado a palavra para encaminhar, e diante da retirada deste requerimento, gostaria de dizer

que a nossa preocupação é que sejam sanados os sete pontos, deste requerimento que nós subscrevemos. Infelizmente temos que criticar aqui o Governo do Estado, aqueles que o defendem, nesta Assembléia, pela desorganização, pelo despreparo, porque um projeto de suma importância como este que estamos verificando, neste momento, não pode passar, nesta Casa, a toque de caixa! Ele, praticamente em trâmite, tem que ouvir os especialistas, interromper esta votação na tarde de hoje.

É uma pena que nós não tenhamos a presença maciça do Bloco de Oposição e do Bloco Independente, para evitar que este projeto prospere, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto V. Exa. já apresentou o requerimento.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Eu subscrevi este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu gostaria que o senhor já entregasse ao Líder do Governo, e amanhã já traria a resposta para V. Exa. nesta Sessão pública da Comissão de Fiscalização.

O SR. BARBOSA NETO

Estarei encaminhando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em discussão o Projeto de Lei nº 382/2004, de autoria do Poder Executivo.

Nós estamos votando só a constitucionalidade.

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para discutir Deputado Durval por trinta minutos.

A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)

Só gostaria de convidar a Presidência, também os nobres colegas Deputados e Deputadas, a imprensa e convidados que aqui estão, para logo após a Sessão, prestigiar o lançamento do “Livro da mamãe, da gravidez à amamentação”, de autoria do Pediatra Dr. Cecim El Achkar, aqui ao lado do Plenário.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, esta parceria proposta pelo Governo do Estado, no que diz respeito a Gralha Azul, me parece já consensual, desde que corrigido o erro na mensagem do Governo, porque na exposição de motivos o Governo fala que 80% pertencerá à COPEL e na Mensagem ele fala que, no mínimo, 51%.

Então, a emenda que a Oposição apresentará no dia de amanhã, se não houver adiamento da votação, será que 80% pertença à COPEL e 20% à ELETROSUL. Tran-

qüilo, manso e pacífico o entendimento. A lei de 09 de fevereiro de 2004, Lei nº 6668, estará sendo preservada, estará sendo respeitada e nesse item contará incondicionalmente com o apoio dos Deputados da Oposição; incondicionalmente havendo acordo, desde que se restrinja a essa questão.

No segundo consórcio, o Artemis, aqui se elabora um raciocínio em equívoco, e isto eu quero chamar a atenção. Veja só, a lei que nós aprovamos na Assembléia Legislativa, e ouviria até o posicionamento, não vou citar porque não o vejo aqui no Plenário, mas de um colega, que não entendia efetivamente porque que a COPEL, se ela pode ser sócia de um negócio investindo apenas 5%, porque ela iria investir 100%? Porque esse é o espírito desse Governo, às vezes a gente se surpreende obviamente, porque esse é um Governo estatizante, com um discurso que fulmina a política neo-liberal do Governo passado, mas que agora volta no tempo e no espaço com a mesma política neo-liberal, aumentando efetivamente a participação da COPEL na iniciativa privada.

Esse é o discurso estatizante, mas agora faz uma proposta neo-liberal, onde a COPEL entra e passa a ser minoritária. Então, quer dizer, essa dicotomia, essa prática totalmente divorciada do discurso, eu também não consigo entender, e efetivamente muitos de nós Parlamentares, também não conseguimos entender.

Mas, vejam só, quando na Lei nº 6668, isso eu quero bater muito, para ficar muito claro, porque é que somos contra a proposta do Consórcio Artemis, como ela está colocada.

Na lei que nós aprovamos aqui no inciso “e”, diz o seguinte: “ficando autorizado para esse fim e para os previstos nas linhas B e C a COPEL participar majoritariamente dos consórcios ou companhias com empresas privadas após a autorização deste Poder Legislativo, especificamente para esse fim, e na qual tenham sido consideradas, além das características gerais dos projetos, os respectivos impactos sociais e ambientais”.

E o que ocorre? Vejam só, na proposta e na mensagem do Governo ele diz que: “com autorização constante no *caput* deste artigo, constitui-se-á sociedade de economia mista com personalidade jurídica de direito privado”. Ora se estamos falando de uma parceira onde a personalidade jurídica é de direito privado e, se estamos falando que 31,66%, no caso o Consórcio Artemis, e essa empresa Santa Rita que ninguém, sabe quem é; eu não sei, se o Líder do Governo poder informar ou alguma Deputado, quem é Santa Rita e esse Cymi, ficaria muito agradecido, porque não vou firmar sociedade com quem não conheço! Sou cidadão paranaense!

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Na Igreja Católica, Santa Rita é a padroeira dos casos impossíveis.

O SR. DURVAL AMARAL

Essa certamente deverá contar com a proteção da Santa Rita da Igreja Católica, porque me parece a intervenção do Deputado Rafael Greca muito providente.

Estamos falando que o consórcio a ser constituído, a empresa a ser constituída vai ser regida pelo direito privado, claro está que a COPEL não terá 51% do controle acionário! Claro que não podemos votar favorável a constitucionalidade e à legalidade, sem revogar a Lei nº 14.286.

A Deputada Elza Correia colocou muito bem. Poderia ter sido discutido na CCJ. Infelizmente, pelo atropelo da mensagem, não foi levantada essa questão lá, mas nunca é tarde para discutirmos aqui.

A Oposição, além de querer os esclarecimentos, por exemplo, se Santa Rita é a santa das causas impossíveis que participa desse consórcio. Se não é, quem são os sócios dessa bendita Santa Rita e dessas outras empresa?

Não podemos votar. Não podemos assinar um cheque no escuro, como assinamos a encampação. E a Oposição denunciava que o Governo não iria realizá-la, e o Governo não realizou-a.

Denunciamos que o Governo não iria estatizar aquilo que já lhe pertencia, no caso da SANEPAR. Aprovamos aqui uma mensagem no afogadilho e nada aconteceu! Estamos novamente alertando. O Governo não pode desprezar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nem a própria função governamental!

Temos que alterar a composição acionária nesse Consórcio Artemis, porque a COPEL não pode ficar apenas com 31,66%! Tem que ser 50% mais uma ação, para que tenha o controle acionário, o que quis o legislador! Pasmem os senhores, os legisladores somos nós mesmos!

Não podemos ontem termos aprovado uma mensagem e hoje revogá-la, sem que tenhamos consciência que estamos jogando no lixo a Lei nº 6.668. Se o Governo quiser, tudo bem, porque ele tem a maioria, e eu respeito a maioria. Mas nós, a minoria, temos o direito de apontar as irregularidades!

Vamos fazer corretamente. Vamos revogar a lei proposta pela CPI da COPEL. Vamos dizer que ali houve um equívoco. Vamos dizer que não dá para entender mesmo, como um discurso estatizante que fulminava a todo momento a política neo-liberal do Governo passado, e agora vem com uma proposta extremamente neo-liberal.

Nós não vamos entender nunca isso que chamo de “samba do crioulo doido”! Não dá para entender mesmo! Dá até a impressão de que nós não participamos dessa votação!

Então, eu faço um apelo aos nobres Deputados, independentemente de serem Oposição ou Situação ou Bloco Independente, por essa questão da legalidade.

O Sr. André Vargas

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Apenas para uma reflexão.

Acho que V. Exa. e o Deputado Rafael Greca põem algumas questões que, de fato, nós vamos ter que refletir exatamente sobre a lei aprovada pela Assembléia, porque o novo modelo energético assim o pressupõe. essa lei foi aprovada anteriormente à instalação do novo modelo elétrico, e as condições previstas nessa lei estão previstas no novo modelo de energia elétrica do País, que pressupõe que as empresas públicas poderão, sim, captar recursos do BNDS desde que em consórcio, pois elas não têm ativos a fornecer em garantir no BNDS. Por que não têm ativos? Por que as linhas são concessões.

Então, essa reflexão que V. Exa. faz é realmente adequada e nós precisaremos refletir sobre isso, senão teremos um parto difícil a cada momento de participação da COPEL num modelo de energia. Hoje é um leilão das linhas de transmissão, amanhã será um leilão de usinas hidrelétricas. Não vejo problema nenhum, é da dialética da política nós reconhecemos, eventualmente, as adequações legais necessárias ao ordenamento jurídico do País. V. Exa. fala assim, Deputado Rafael Greca, não sei se está a me ouvir, e nós precisamos tirar a ideologia do centro da discussão. É uma questão prática.

Nós precisamos de linhas de transmissão? Precisamos.

É bom que a COPEL participe do processo? É importante, senão abriremos mão desse potencial, inclusive de receita, da própria COPEL. O que garante o seu caráter público não é apenas o seu estatuto, é também a sua receita, é também a equação receita e despesa. Aumentar a receita da COPEL é também atender o espírito público.

Concordo com essa visão, mas há a necessidade de votarmos, mesmo reconhecendo que haveria de preceder a autorização legislativa. Que há necessidade de votarmos, não há dúvida!

Veja, Deputado Durval Amaral, na medida em que o sistema Iguazu está integrado no sistema de Cascavel-Ivaiporã-Furnas-Londrina, nós não teremos mais o problema que tivemos na região em que reside a sua mãe, a região sul da cidade, quando tivemos a necessidade de instalação de uma subestação móvel. Tivemos problema de energia lá no norte do Paraná. Nós teríamos uma ligação no coração do norte do Paraná (Londrina, Cambé) e no sistema ali com abundância de energia.

Então, eu faço essa reflexão no sentido de que, no meu entendimento, há a necessidade de votar, há uma premência, mas que instalemos já uma comissão especial para avaliar de fato essa lei, para que não tenhamos um trauma a cada leilão do sistema nacional de energia.

Desculpe o aparte longo, Deputado.

Obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço o aparte do Deputado André Vargas e acho que a questão e a modernidade fazem parte do pro-

cesso. Agora o que nós não podemos ter é incoerência num tão curto espaço de tempo do discurso, da prática. As parcerias foram criticadas por este Governo, que incentivou, o Diretor Geral da COPEL veio à Comissão Parlamentar de Inquérito dizendo que a COPEL só seria parceira quando tivesse o controle acionário.

Ninguém questiona que ela possa, que ela deva participar de consórcios, acho que isso é tranquilo. Agora, temos uma lei que estabelece no mínimo 51%. Essa lei tem que ser respeitada pela própria Assembléia Legislativa, por exemplo, a questão desse Consórcio Artemis, isso foi licitado em 2003 e só agora o Governo tem a posição e a postura de encaminhar essa mensagem para a Assembléia Legislativa! Ele tem um prazo fatal, dia 16, que causa aflição ao nobre Líder do Governo, e eu entendo essa posição, só que ele não teve a cautela de encaminhar essa matéria antes! Porque ele teve mais de ano para elaborar a mensagem? Porque ele teve mais de ano de providenciar o impacto ambiental, de providenciar o impacto financeiro, de encaminhar todas as informações necessárias para que a Assembléia Legislativa possa, com isenção e competência, analisar, e não fez isso! Será que nós temos aqui de ficar votando só a toque de caixa? Realmente, não é possível!

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri

Obrigado, Deputado Durval Amaral.

Quero reafirmar aquilo que nós da CPI da COPEL, o senhor que participou, o Deputado Marcos Isfer, que presidiu a CPI, que foi justamente a elaboração de uma lei que entre outras coisas, garante à COPEL, não a um ou outro Governo, mas a COPEL, ser majoritária nas parcerias que faz.

Acho importante essa lei, porque faz com que o patrimônio público tenha uma destinação muito mais cuidadosa. E que nós evitemos, diferentemente do que pensamos, e eu respeito o Deputado André Vargas, mas que tenhamos claro que mesmo quando temos situações como essa que são precipitadas pelo tempo. Pela necessidade, é preciso, sim, que qualquer Governo, independente de quem seja ele, entenda que há uma lei, e que essa lei precisa ser cumprida, porque quando recebemos aqui, entendo todas as razões principalmente dos técnicos da COPEL, que são permanentes no quadro, diferentemente dos Diretores, que são temporários, mas os técnicos permanentes também sabem disso, que nós não podemos receber aqui determinadas formas que são feitas, de contratos que não sabemos quem são os donos, quem se beneficia agora e quem vai ser beneficiado na frente. Por exemplo, a CYMI, que é espanhola, não tem nada de errado. Com a Santa Rita, não tem nada de errado. Mas, repito aquilo que sempre dizemos: “A mulher de César não basta ser honesta. É preciso parecer honesta”. Então, não basta que as coisas estejam certas, é preciso que, mais do que estarem certas, sejam transparentes naquilo que vem para esta

Casa. Senão, acho que, o que foi dito aqui, a Assembléia fica melhor se fizer uma Sessão por ano e não tem mais papel nenhum!

Sou e repito, favorável que mantenhamos essa lei, que possamos inclusive melhorá-la se for o caso, e que a COPEL e outras empresas estatais a seu tempo entendam que justamente por haver uma lei é necessário que essas informações cheguem antes para que possamos analisar. Caso contrário, não vai adiantar fazer lei nenhuma, porque daqui a quatro anos estamos fazendo nova CPI. Não é o caso.

Então, quero concordar com o senhor. Nós temos uma lei, e essa, precisa ser cumprida!

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço o aparte do Deputado Tadeu, e quero somar ao seu raciocínio a seguinte questão; nós não podemos fazer uma lei excepcionalizando uma empresa. A lei é sempre genérica. Ou é genérica para todos ou você dá privilégios! E esse, não é um governo de privilégios! Com toda certeza, eu não acredito nisso. Então, temos que ter isso muito claro: não podemos revogar a lei que nós mesmos aprovamos.

Alguém vai dizer ou vai argumentar assim, daqui a pouco: “Não, porque se a ELETROSUL for vender as suas ações no Consórcio Artemis ou se a CYMI ou se a Santa Rita, que não sei qual padroeira é, for vender, tem que oferecer preferencialmente à COPEL”.

Olha, espera lá! Isso é querer enganar trouxa! Isso faz parte de qualquer pacto de acionistas. Sr. Presidente! Qualquer consórcio, qualquer pacto de acionistas prevê que se um dos parceiros quiser sair da sociedade preferencialmente deve oferecer aos demais que compõem a parceria, que compõem o consórcio.

Então, não é através de leis que vamos regular isso! Não queiram enganar a Assembléia Legislativa com pirulito ou com balinha porque, Deputado Barbosa é subestimar a inteligência do Parlamento!

Concedo um aparte ao Deputado Barbosa Neto.

O Sr. Barbosa Neto

Sr. Presidente, nobre orador que ocupa a tribuna desta Casa, Deputado Durval Amaral, registro aqui a minha opinião em relação a uma série de equívocos, que estou acompanhando estupefado na tarde de hoje.

Estamos vendo um Partido dos Trabalhadores fazer aqui um registro de que quer desideologizar o debate. Quando das teles e também das centrais elétricas do nosso Estado foram leiloados no Governo Fernando Henrique Cardoso, o Partido dos Trabalhadores protestava em frente às Bolsas de Valores de São Paulo, do Rio de Janeiro, mas hoje vem com o discurso do pragmatismo após estar no poder! Qual é o PT que conhecemos? Este que fala do pragmatismo e condena o seu passado ideológico? Ou o PT que estamos vendo hoje, comungando com um tipo de modelo, para uma parceria que pairam seriíssima dúvidas?

O Governo do Estado que estamos vendo aí, que fala tanto em avançar, em ir contra o capital estrangeiro ou, principalmente, ao imperialismo, nesta questão dos transgênicos, poderia estar à frente do seu tempo, evitando que um modelo condenado pelos ambientalistas, nessa questão da exploração da energia elétrica fosse consumado no nosso Estado. Existem outras fontes alternativas renováveis, políticas e ambientalmente corretas, como o carvão e outros que poderiam nesse momento ser evocados, mas principalmente esse Governo, que fala tanto em estatização, faz uma parceria em que a COPEL vai ser minoritária e que ainda pairam seriíssimas dúvidas!

Tenho quer cumprimentar V. Exa. e mais uma vez deixar registrado aqui nesta Casa a minha opinião, para que no futuro não sejamos cobrados pela irresponsabilidade, que vejo estar à beira de ser cometida nesta Casa, que sem dúvida nenhuma vai prejudicar sensivelmente as futuras gerações do nosso Estado, sem contar os cofres públicos deste Governo e dos próximos que virão, porque no final das contas quem vai e está pagando mais caro pela energia que consumimos, somos todos nós, paranaenses, principalmente, da classe média, porque a energia tem tido um aumento considerável nos últimos tempos!

Muito obrigado, Deputado Durval Amaral, por nos ouvir.

O SR. DURVAL AMARAL

Para mim e para todos nós, Parlamentares, é um prazer ouvir V. Exa., com posições sempre claras e lúcidas sobre o processo político que enfrentamos no Estado do Paraná e também, nessa conjuntura, no Brasil.

Quero dizer, aqui, Sr. Presidente, que louvo a iniciativa do Deputado Neivo Beraldin de convocar toda a diretoria da COPEL e a aceitação feita pelo Líder do Governo, Deputado Natálio Stica, de trazer, amanhã, na Comissão de Fiscalização, a Diretoria da COPEL, para que possamos discutir à exaustão todas as dúvidas que pairam sobre essa negociação. Acredito que, a partir daí, poderemos construir uma solução, para que a Lei nº 14.286, de 09 de fevereiro de 2004 seja respeitada.

Acho que a Liderança do Governo já avançou quando exterminou o Consórcio Uirapuru - rendo as minhas homenagens a V. Exa. -, mas não basta e não podemos parar simplesmente aí. O apelo que faz a Oposição, além de querer ter esclarecidas todas as dúvidas e todos os questionamentos, é que no Consórcio Artemis, que o Governo teve mais de um ano para encaminhar a mensagem à Assembléia Legislativa, só fez na semana passada - também seja ele elevado à condição de 50% mais um, para que o Governo também tenha o controle acionário. Dessa forma, estaremos cumprindo o que determina a lei que aprovamos na Assembléia Legislativa. Ou o Governo, sob o protesto da Oposição, assumia uma política totalmente neo-liberal, que poucos de nós vamos entender. Para mim é até muito con-

fortável, porque também sou da opinião do Deputado Rafael Greca e acho que se o Governo pode investir menos e ter o mesmo benefício, por que investir mais?

Também comungo da experiência e da posição do Deputado Neivo Beraldin. Por que é que um investimento que se auto paga em dois anos, se transfere esse investimento e esse benefício para a iniciativa privada? E por que é que as empresas que vão se beneficiar da construção desses linhões de transmissão, previamente já escolhidas - e eles vão jurar de pé junto que não, mas eles que se preparem, porque eu sei efetivamente quais serão as empresas que irão construir essas linhas de transmissão.

Então, acho que tem que ficar muito claro por que não passa por um processo de licitação pública para que as empresas do Paraná também possam, sim, concorrer e quem sabe até em transparência absoluta serem as executoras dessas obras. Por que só empresas de fora?

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes das minhas palavras, gostaria de destacar a presença, nesta Casa, do Vereador mais votado do município de Irati, o Vereador Cidão, que também se faz acompanhar do Tiago. É com muita satisfação que os recebemos.

Mas, Sr. Presidente, não quero cansá-los. Evidentemente que algumas perguntas ficam no ar. Se existe uma lei que proíbe que a COPEL faça investimento sem ela possuir a maioria do capital, não poderia então ter passado na Comissão de Constituição e Justiça, porque fere uma lei aprovada e sancionada no Estado do Paraná, que é a Lei nº 14.286, de 09/02/2004.

Agora, Deputado Durval Amaral, sabe do que me lembro?

Da Dominó Holding, que comprou 39% das ações da SANEPAR em um consórcio construído entre o Banco Fortunity, a empreiteira de obras públicas Andrade Gutierrez e a COPEL transformar então o grupo Dominó Holding, que compraram 39% por R\$ 244 milhões e ficaram participando dos lucros da SANEPAR. Claro, lucro, porque o Governo empresta dinheiro e assume a responsabilidade do aval; lucro, porque é uma empresa pública que todo mundo tem que consumir água, como todo mundo tem que consumir energia. E o Governador Requião disse que a COPEL, pelo menos na época em que votamos aqui a não venda, que ele somava conosco dizendo o seguinte: nós precisamos da COPEL para fomentar a produção no Estado do Paraná, levar energia mais barata às regiões que mais precisam, para gerar emprego e renda no Estado do Paraná, sobretudo o Norte Pioneiro do Estado do Paraná.

Agora, se o Estado aceita essa sociedade com a iniciativa privada, jamais vai poder dar essa concessão sem uma reunião de entendimento com a iniciativa privada, e o Deputado José Maria sabe muito bem o que é esse consórcio. Agora, o que estranho é que a COPEL vendeu 111 bilhões de ações no mercado interno e externo, faturou no mínimo dois bilhões e duzentos milhões de reais e não se sabe para onde foi esse dinheiro, porque não veio na prestação de contas do Governo, não se sabe como saiu esse dinheiro, também, oriundo da SANEPAR; para onde foi ou para conta 00, que é a conta do Estado, mas os compradores afirmam que pagaram 249 milhões e 700 mil dólares, na época, e o Governo declarou que teria recebido 244 milhões. Portanto, sumiram cinco milhões e setecentos mil dólares.

Então, tenho essa análise, e gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados de que nós temos uma Companhia, chamada COPEL, que gera a energia mais barata que pode ser gerada em qualquer lugar do mundo, porque ela é gerada pela força das nossas águas. Temos uma topografia do Estado que favorece a produção de energia; precisamos, então, vamos dizer, de uma nova corrente, de uma estrada para levar essa energia para o progresso do Estado do Paraná em diversas regiões.

Quero crer que não há garantia maior para o BNDES ou para o Governo Federal, do que a nossa própria produção. Quero crer que o Governo deve ser sensível ao discurso do Paraná dizendo o seguinte: “precisamos de novas linhas para levar energia para Cascavel, Foz do Iguaçu, Norte Pioneiro, o litoral, precisamos de empréstimos e damos como garantia energia que produzimos no Estado do Paraná”.

Então, porque ter sócios privados, majoritários, ou minoritários, sendo que não precisamos, nós temos a produção?

V. Exas. sabem que acontece muito isso aqui no Paraná, nós somos, como eu já disse, o maior produtor de grãos deste País, nós mandamos embora para a China, para o Japão, para a Itália, lá eles produzem, industrializam, agregam valor a renda. Agora, vir aqui empresas particulares, privadas, querer receber o aval deste Poder para consorciar-se com uma empresa pública do nível da nossa COPEL, é algo preocupante!

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não quero me alongar, até porque eu fiz um combinado, e desde logo convoco todos os membros da Comissão de Fiscalização desta Casa para amanhã, às 10h00, no plenarinho, unindo Deputados do Governo, Deputados independentes, sobretudo técnicos que possam nos justificar quem é essa tal de Santa Rita, porque na última reunião que tivemos com os técnicos, nem eles souberam dizer, apenas um disse o seguinte: “é da região de Florianópolis”.

Ora, quem é esse sócio, chamado Santa Rita, Artemis e outras mais? Por que não invertemos esse papel, essa maneira de pensar, de dar a fatia à iniciativa privada para engordar a vida de alguém economicamente e não pensamos em um Paraná mais pujante, em um Paraná mais inde-

pendente, um Paraná capaz de levar a sua produção para o bem-estar e o crescimento da nossa população.

Era isso, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Deputados que aprovam o item 15, 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 382/2004, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Barbosa Neto, que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Barbosa Neto**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Parlamentares).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quarenta e dois Deputados presentes.

Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 382/2004, queiram levantar-se.

Trinta Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Doze rejeitam. Está aprovado em 1ª discussão.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (**Pela Ordem**)

Quero justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin. Ela se encontra em Brasília, em uma audiência no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Nós havíamos marcado no plenarinho a reunião de amanhã, mas como estará ocupado, transferimos para o Salão Nobre.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera a redação da Lei nº 13.411, de 26 de dezembro de 2004, que criou o Programa Parceiro da Escola. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, com voto contrário da Deputada Elza Correia. (Publ. no DA nº 042/2004, de 17/05/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 179/2004

P A R E C E R :

Relatório

O Deputado Durval Amaral apresentou Projeto de Lei nº 179, de 2004, visando aperfeiçoar o Programa Parceiros da Escola, instituído pela Lei Estadual nº 13.411, também de sua autoria.

A constitucionalidade da matéria, sua legalidade, técnica e adequação regimental já foram objeto de parecer quando da apreciação da proposição legislativa que resultou na Lei Estadual nº 13.411.

É o relatório.

Fundamentação

Nenhuma alteração essencial é pretendida pela proposição sob exame, que desvirtue a finalidade da lei estadual que objetiva alterar/aperfeiçoar.

As alterações propostas são, como se pode observar, atinentes ao mérito da matéria, sendo que não compete a esta Comissão se manifestar a esse respeito, mas ao Plenário.

No que diz respeito às questões que devem ser objeto de deliberação no âmbito desta Comissão, a proposição merece ser admitida. A única ressalva que se faz é que devem, necessariamente, as proposições que visam alteração de leis, virem acompanhadas de cópia destas. Contudo, neste caso, excepcionalmente, o relator promove o saneamento do vício formal aludido, promovendo de ofício a juntada de cópia da Lei nº 13.411.

Voto

Pelo exposto, voto pela manifestação, por parte desta Comissão, de parecer favorável à proposição indigitada.

Sala das Comissões, em 31.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 179/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, altera a redação da Lei 13.411, de 26 de dezembro de 2004, que criou o Programa Parceiro da Escola.

Portanto, no âmbito que este Parlamentar deve manifestar perante esta Comissão, deve-se ressaltar que o autor deste projeto de lei pretende aperfeiçoar uma lei já em vigor, a qual visa melhorar o sistema educacional no Estado do Paraná.

Diante desta situação, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/2004, de autoria do Poder Executivo- Mensagem nº 012/2004, que objetiva prorrogar por 1 (um) ano o prazo para conclusão

dos trabalhos previstos pelo parágrafo 5º, do Artigo 2º, da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, necessários ao cumprimento das disposições da Lei nº 13.570, de 21.05.2002 (Indenização às Pessoas Detidas Sob a Acusação de Participação Política) PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COPM EMENDA DA CF. **Aprovado. Publ. nº DA. nº 046/2004, de 25.05.2004- Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 203/2004

P A R E C E R :

Projeto de Lei nº 203/2004, de autoria do egrégio Poder Executivo do Estado do Paraná, tem por designo prorrogar por 1 (um) ano o prazo para a conclusão dos trabalhos previstos pelo parágrafo 5º do artigo 2º da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, necessários ao cumprimento das disposições da Lei nº 13.570, de 21.05.2002 (indenização às pessoas detidas sob acusação de participação política).

Histórico

Chamada esta Comissão a manifestar-se, com sustentáculo no artigo 13, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade do referido projeto de lei.

Fundamentação

A presente proposição normativa nada mais é do que uma autorização solicitada pelo Poder Executivo a esta Casa de Leis, para prorrogar, por mais um ano, o prazo para a instauração da Comissão Especial para análise dos casos que porventura dêem ensejo à indenização para o caso de perseguições políticas ocorridas entre o período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.

Conclusão de Relatório

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável, em vista da constitucionalidade da matéria.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, nesse instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 203/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 203/2004, de autoria do Poder Executivo, prorroga por um ano o prazo para conclusão dos trabalhos previstos no parágrafo 5º da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, para cumprimento das disposições da Lei 13.570, de 21 de maio de 2002.

A matéria de autoria do Poder Executivo tem por objetivos ampliar o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão constituída nos termos da Lei 11.255, de 21 de dezembro de 1995. Não se trata de prazo para a instauração dos trabalhos, que é o primeiro prazo do § 5º do artigo 2º, mas o segundo prazo, tratando da conclusão dos trabalhos.

O referido prazo já foi prorrogado por dois anos, na forma da Lei 13.570, de 21 de maio de 2002, sancionada pelo então Governador Jaime Lerner.

Não há impedimento legal para que se opere novo prazo, mesmo porque o trabalho é extenso e requer atenção do Governo do Estado.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 203/2004, na forma da emenda anexa, para corrigir técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 20.10.2004.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA AO
PROJETO DE LEI Nº 203/2004

O artigo 2º, do Projeto de Lei nº 203/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação”.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar Federal 95/98, editada em consonância com o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal, dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, veda a cláusula de revogação genérica, isto é, “revogam-se as disposições em contrário”. Havendo revogação de algum dispositivo, o mesmo deve ser citado.

Sala das Comissões, em 20.10.2004.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que obriga a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água do Estado do Paraná, a instalar, por solicitação do consumidor, equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro do seu imóvel, seja residencial ou comercial. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. nº 046/2004, de 25.05.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 205/2004

Histórico

O Projeto de Lei nº 205/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, obriga a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água do Estado do Paraná, a instalar, por solicitação do consumidor, equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro do seu imóvel seja residencial ou comercial.

Fundamentação

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

Segundo a Constituição Federal, compete a União e aos Estados legislar concorrentemente sobre:

“Art. 24 - Compete à União aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre:

V - produção e consumo.”

Desta forma, pode o Estado legislar sobre a matéria, bem como pode a Assembléia Legislativa legislar sobre a questão, não sendo de competência exclusiva do Poder Executivo nos termos do artigo 53 da Constituição Estadual.

A existência de ar nos encanamentos faz com que os consumidores paguem por um produto que não foi consumido, havendo defeito na prestação de serviço efetuada pela SANEPAR, cabendo a esta a responsabilidade pela reparação dos danos causados ao consumidor.

O projeto se encontra em perfeita sintonia com o Código de Defesa do Consumidor que assim determina em seu artigo 14:

“Art. 14 - O fornecedor de serviços responde, independente da existência de culpa, pela recuperação dos danos causados aos consumidores por defeitos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 1º - O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - o modo de seu fornecimento;”

Com efeito, a própria legislação federal, através das normas gerais do Código de Defesa do Consumidor, dá total subsídio ao presente projeto de lei.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ, AO PROJETO DE LEI Nº 205/2004

O Projeto de Lei nº 205/2004 passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água do Estado do Paraná, obrigada a instalar equipamento eliminador de ar na tubulação de água que antecede o hidrômetro do imóvel, seja residencial ou comercial.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aquisição do equipamento e sua instalação correrão por conta da concessionária de abastecimento de água.

Art. 3º - O equipamento eliminador de ar deverá estar de acordo com as determinações do INMETRO.

Art. 4º - Os hidrômetros instalados a partir da promulgação desta lei, já deverão estar acompanhados do respectivo eliminador de ar.

Art. 5º - Esta lei será divulgada na conta mensal de água.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias a contar da sua publicação.”

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 205/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ailton Araújo, obriga a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água no Estado do Paraná, a instalar, por solicitação do consumidor, equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro do seu imóvel.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Finanças apóia integralmente a propositura do nobre autor, entendendo que a propositura trará benefícios de grande monta ao consumidor do Estado do Paraná.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 205/2004, na forma da emenda substitutiva geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 20.10.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a gratuidade para obtenção da segunda via de documentos para vítimas de furto ou roubo à mão armada, na forma que menciona. (Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 051/2004, de 07.06.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 229/2004

Histórico

O Projeto de Lei nº 229/2004, de autoria do Deputado, Mauro Moraes, dispõe sobre a gratuidade para obtenção da segunda via de documentos para vítimas de furto ou roubo à mão armada, na forma que menciona.

Fundamentação

O projeto de lei não apresenta óbice de natureza constitucional e legal, devendo sofrer emenda para adequar a redação do artigo 3º aos ditames da Lei Complementar 95/98, que dispõe sobre a redação, elaboração e consolidação das leis.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação, na forma da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 21.09.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

EMENDA CORRETIVA DA CCJ,
AO PROJETO DE LEI Nº 229/2004

O artigo 3º passará a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 21.09.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI-Presidente em exercício

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer, Jocelito Canto, Chico Noroeste.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 229/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 229/2004, em análise, de autoria do Deputado Mauro Moraes, dispõe sobre a gratuidade para obtenção de segunda via de documentos em favor de vítimas de furto ou roubo à mão armada.

Trata-se de proposição que atende ao interesse público e social, visto que a proposição tem por finalidade beneficiar vítimas dos delitos acima especificados, isentando-as do pagamento de taxas de expedição de documentos essenciais utilizados pelo cidadão no seu dia-a-dia, auxiliando sobremaneira e principalmente as pessoas de baixa renda.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Contestado, com sede e foro no Município de Bitu-

runa. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 067/2004, de 04.08.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 275/2004

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado, Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Contestado, com sede no Município de Bituruna e foro no Município de União da Vitória.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas. É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ,
AO PROJETO DE LEI Nº 275/2004

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Contestado, com sede no Município de Bituruna e foro no Município de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Estadual a Instituição Marlene Venâncio, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 076/2004, de 30.08.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 326/2004

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Instituição Marlene Venâncio, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/2004, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI, com sede no Município de Cafezal do Sul e foro na Comarca de Iporã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 083/2004, de 20.09.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 344/2004

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Cafezal do Sul, com sede no Município de Cafezal do Sul e foro no Município de Iporã.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ,
AO PROJETO DE LEI Nº 344/2004.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Cafezal do Sul, com sede no Município de Cafezal do Sul, e foro no Município de Iporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Honório Serpa, com sede no Município de Honório Serpa e foro na Comarca de Manguierinha. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/2004, de 05.10.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 353/2004

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade

Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Honório Serpa, com sede no Município de Honório Serpa e foro no Município de Manguierinha.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas. É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ,
AO PROJETO DE LEI Nº 353/2004.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Honório Serpa, com sede no Município de Honório Serpa, e foro no Município de Manguierinha.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1751, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1715, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ELTON CARLOS WELTER (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o requerimento de autoria da Deputada Cida Borghetti pede para que seja mudada a Medida Provisória nº 223 de 14 de outubro de 2004, que trata do plantio da soja geneticamente modificada.

Quero dizer a este Plenário que no País não foi ainda autorizada a certificação e venda de sementes geneticamente modificadas. Existem as pesquisas, os órgãos ligados às cooperativas estão pesquisando, têm esta autorização mas não está autorizada a reprodução e venda destas sementes.

O requerimento, da maneira que está aqui, legítima de vez o contrabando e reprodução de sementes, portanto, eu quero encaminhar para que este requerimento não seja aprovado. O Governo Federal fez a medida provisória, existe uma situação de fato, colocada no País, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul e nós não queremos espalhar de forma, no meu entendimento irresponsável, a reprodução de sementes que são fruto de contrabando. Isso depõe inclusive contra os sementeiros do Paraná e do Brasil afora.

Vou votar contrário a este requerimento porque ele não contribui com a agricultura paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Que aprovam queiram levantar-se. **Rejeitado** o requerimento.

Requerimentos nºs 1726-A, 1727 a 1749, 1763, 1765, 1766 a 1791, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1750, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1753, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1754, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1759 a 1761, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1762, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1795, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1796, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Barbosa Neto, Luiz Carlos Martins,

Fernando Ribas Carli, Elio Rusch e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Retirado pelos autores**.

Requerimento nº 1799, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1798, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Fernando Ribas Carli, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Retirado pelos autores**.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após a presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 179, 203, 205, 229, 275, 326, 344, e 353/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 366 e 376/2004.

Levanta-se a Sessão.